



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**AS MÚLTIPLAS INSERÇÕES DAS FAMÍLIAS DO PETI - VILA APARECIDA
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Tkl
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Dpto. de Serviço Social
CSE/UFSC

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 04/07/05

Florianópolis, julho de 2005.

MÔNICA REGINA GREGIANIN

**AS MÚLTIPLAS INSERÇÕES DAS FAMÍLIAS DO PETI - VILA APARECIDA
NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Professora Doutora Marli Palma Souza

Florianópolis, julho de 2005.

MÔNICA REGINA GREGIANIN

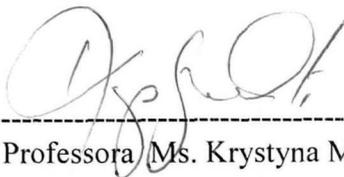
**AS MÚLTIPLAS INSERÇÕES DAS FAMÍLIAS DO PETI - VILA APARECIDA
NAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso, aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel no Curso de Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA



Professora Doutora Marli Palma Souza
Orientadora



Professora Ms. Krystyna Matys Costa



Professora Dra. Edaléa Ribeiro



Eliete Maria de Lima
Assistente Social/Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar – Florianópolis
Mestranda em Serviço Social - UFSC

Florianópolis, 04 de julho de 2005.

Dedico este trabalho às famílias da comunidade Vila Aparecida, que tão ricamente contribuíram para minha formação profissional ao apresentar suas experiências reais num contexto onde as leis e as práticas se mostram tão contraditórias.

AGRADECIMENTOS

Este espaço é dedicado aquelas pessoas especiais que fizeram parte de minha trajetória de vida e compartilharam momentos importantes durante o percurso da formação acadêmica.

Em primeiro lugar agradeço a meus pais, Sextílio e Marilene, pela confiança, pela força e pelo carinho transmitido ao longo destes seis anos em que nos encontramos separados fisicamente, mas unidos pelos sentimentos mais doces e amorosos do mundo. À “manas” Ana e Marina por tornarem esta jornada mais branda com seu apoio e dedicação nos momentos de dificuldade e também por sua alegria e esperança no dia a dia. Estendo esses agradecimentos a meus avós maternos e paternos, tios, primos, amigos de infância, enfim, a todas as pessoas que fizeram parte de minha “primeira formação”.

Agradeço a acolhida de Dona Edi, que me recebeu com todo carinho e respeito em minha chegada a esta cidade; à Eliane, seu marido Jorge Luis, seus dois filhos Fabiano e Jorge Augusto, hoje minha segunda família pelos sólidos laços de amizade e afeto construídos sobre alegrias (muitas) e tristezas (poucas) que fizeram parte de nossas vidas desde de que os conheci.

Um agradecimento especial a Fernando, por tornar minha vida mais leve com sua presença carinhosa e protetora. À Cláudia, sua mãe, seu jeito receptivo e atencioso alimentam um sentimento de amizade precioso.

Aos colegas do PETI: Aline, Cacá, Leila, Nata, Jú, Patrícia e Andréa. Aos colegas que passaram pelo PETI: Kátia, Izabella, Rejane, Amanda, Luciane, Pablo, Joice e Simone. Equipes de trabalho fortalecidas pela amizade e comprometimento, muito obrigado a todos, vocês são ótimos!

Enfim, chega o momento de lembrar daquelas figuras que, com certeza, ficarão gravadas para sempre em minha memória e em meu coração. Como seria impossível mencionar todos os nomes, falar da contribuição de cada um em minha vida, registro meus agradecimentos aos mais próximos, levando em meu pensamento todos.

Minha amiga Roseli, também conhecida como Lili, parceira de longas horas de estudo pelas madrugadas... e de muitos momentos alegres e descontraídos. Á Lima, Pfeifer, Déa, Pati, Nalú, Panozzo, Rogéria, Silene, Giseli, Tonin, com certeza foi uma jornada cheia de dificuldades e tropeços, mas em compensação foi regada de momentos divertidíssimos. Acredito que são as pessoas mais cheias de vida e exuberantes que já conheci, me ensinaram muita coisa. Valeu meninas!

*“A andorinha voa veloz
Voa mais do que minha voz
Andorinha faz a canção
Que eu não fiz
Andorinha voa feliz
Tem mais força que minha mão
Mas sozinha não faz verão”*

Voa bicho - Telo e Márcio Borges

*“E os que vierem depois, pelos caminhos infinitos,
do pranto que caiu dos meus olhos passados,
que experiência, ou consolo, ou prêmio alcançarão?”*

Cecília Meireles

RESUMO

GREGIANIN, Mônica Regina. **As múltiplas inserções das famílias do PETI – Vila Aparecida na Política de Assistência Social**. 2005. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Serviço Social), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

Este estudo tem por objetivo analisar como as famílias do PETI, moradoras da comunidade Vila Aparecida em Florianópolis, vivenciam suas múltiplas inserções nas políticas sociais e a intervenção do Serviço Social decorrente desta inserção. O processo investigativo necessário para atingir tal objetivo consistiu em uma pesquisa qualitativa exploratória, abrangendo as técnicas de análise documental na seleção dos sujeitos de pesquisa, e, a realização de um grupo focal com estes sujeitos. Dessa forma, foi possível apropriar-se de suas falas em debate sobre as experiências vividas em relação sua múltipla inserção nas políticas sociais, oportunizando a identificação de categorias analíticas que compreenderam a relação das famílias com as políticas sociais básicas, com os programas sociais e as relações com os profissionais de serviço social que operam tais políticas. Através da contextualização dos dados com a elucidação teórica evidenciaram-se os impactos do caráter focalista e seletivo da política social brasileira na vida das famílias pesquisadas. Quanto a intervenção do serviço social, os sujeitos de pesquisa demonstraram o reconhecimento da prática profissional nas ações sócio-educativas, orientações, como mediador e na garantia de direitos. Outro aspecto relevante diz respeito a capacidade crítica e propositiva destes sujeitos pesquisados em relação a política e programas sociais e a própria intervenção do serviço social. Assim, apesar da múltipla inserção ser o aspecto sintomático de uma política que não considera os indivíduos e suas famílias em sua totalidade, foi possível identificar a capacidade crítica nas falas das chefes de família pesquisadas, que já vivenciaram múltiplas experiências em sua relação com as políticas sociais e com o serviço social.

Palavras-chave: família, política social, intervenção do serviço social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício Prestação Continuada
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
IPUF	Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Plano Nacional de Assistência Social
PRGM	Programa de Garantia de Renda Mínima
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – O <i>LOCUS</i> DA FAMÍLIA NO CONTEXTO DA ATUAL POLÍTICA SOCIAL BRASILEIRA	15
1.1 Breve contextualização das políticas sociais e o quadro atual dos programas sociais no Brasil	16
1.1.1 Os programas de transferência de renda.....	24
1.1.2 Os programas socioassistenciais.....	29
1.1.3 Os programas de proteção.....	32
1.2 Família: um espaço de proteção desprotegido	34
CAPÍTULO 2 – A PESQUISA	42
2.1 Uma aproximação da comunidade Vila Aparecida em Florianópolis e de seus sujeitos	43
2.2 Objetivos.....	47
2.3 Questões de pesquisa	48
2.4 Trajetória de pesquisa	49
2.5 Apresentação e análise dos resultados	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICES	87
ANEXOS	92

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se em um esforço de aproximação da realidade vivenciada por famílias inseridas nas políticas sociais. A contextualização da realidade social observada com base na construção teórica deve ser entendida como elemento imprescindível para a prática profissional. Portanto, descreve-se aqui a etapa conclusiva de um percurso pessoal no processo de formação em Serviço Social.

A experiência de Estágio Curricular no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, vinculado a Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social de Florianópolis realizado no período de 2003 a 2005, contribuiu para a leitura das necessidades e expectativas expressas na demanda atendida pelo programa. O PETI, presente em todos os estados desde o ano 2000, constitui-se como a principal iniciativa governamental no combate ao trabalho infantil no Brasil, concretiza-se com base em dois eixos de ação: a criança na garantia de seus direitos a educação e lazer, e a família que deve ser trabalhada através de ações sócio-educativas e de geração de trabalho e renda.

As diversas expressões da questão social experimentadas por estes usuários cotidianamente chegam ao programa pela situação de trabalho infantil de suas crianças e adolescentes. Nomeadamente, essas expressões concretizam-se em desemprego, subemprego, violência intra-familiar, exploração sexual infanto-juvenil, condições de habitação precárias dentre tantas outras. Isso motivou a implantação de um projeto de intervenção desenvolvido durante a fase de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social que compreendeu o trabalho direto com as famílias por meio da formação de um grupo no qual foram desenvolvidas atividades sócio-educativas.

Os encontros mensais realizados com o grupo de mães de crianças e adolescentes do PETI foram momentos enriquecedores para a formação profissional. Os objetivos de trabalhar as relações de afetividade e fortalecimento de vínculos familiares se estenderam para a conceituação de família e do papel da mulher nas relações familiares construídos pelo próprio grupo. Parafraseando Althoff (2001), conceituou-se família partindo do ponto de vista de quem nela vive, e, como resultado concluiu-se que apesar das diferenças existentes entre suas famílias existe a valorização (ou o desejo) do espaço doméstico constituir-se como um lugar de união e proteção. As mães também se perceberam como organizadoras do ambiente familiar.

Durante os encontros, essas mulheres em sua maioria chefes de família, verbalizaram as dificuldades em cumprir as exigências dos programas sociais. Paralelo ao processo do grupo, se discutia entre a equipe de profissionais a diversidade de programas nos quais as famílias são atendidas em virtude de situações de vulnerabilidade específicas de seus membros (principalmente crianças e adolescentes), resultando em várias inserções nos programas sociais e, conseqüentemente, em diversas intervenções do Serviço Social.

Nesse contexto despertou-se o interesse em estudar a temática, definida em orientação do Trabalho de Conclusão de Curso com a Professora Doutora Marli Palma Souza, como a “Múltipla Inserção das Famílias na Política de Assistência Social”. O termo múltipla inserção, é utilizado neste trabalho, para definir a inserção das famílias na Política de Assistência Social, compreendendo a inserção em três ou mais programas sociais e dentro destes a intervenção do serviço social. Cabe ressaltar que o ponto de partida para desvelar outras inserções foi o PETI.

Objetivando contribuir com o debate acadêmico na compreensão da relação que se estabelece entre a família (usuário) e as políticas sociais, formulou-se o seguinte problema de

pesquisa: como as famílias vivenciam sua múltipla inserção na Política de Assistência Social e as intervenções profissionais do Serviço Social decorrentes desta inserção?

Sendo a Política Social campo de atuação do Serviço Social, tornou-se interessante a realização de uma pesquisa junto aos principais interessados na qualidade dos serviços oferecidos por estas políticas: os usuários. Segundo Yamamoto (2001, p. 56), a pesquisa deve ser percebida como instrumento fundamental na aproximação da realidade concreta, pois atribui a dimensão investigativa a operacionalidade da profissão, resguardando seus componentes ético-políticos.

Para elucidar a questão, o primeiro capítulo é destinado a aproximação teórica sobre a política social no Brasil com um recorte que parte da década de 1980 e se estende até os dias de hoje, chamando a atenção para as características focalistas e seletivas dos atuais programas sociais. Ainda, faz-se referência às conceituações de família e a forma como esta vem sendo tratada pela política social brasileira.

No segundo capítulo apresenta-se a trajetória da pesquisa social qualitativa exploratória fundamentada na perspectiva crítico-dialética. Inicialmente realiza-se uma breve explanação da comunidade Vila Aparecida em Florianópolis contextualizando a realidade dos sujeitos da pesquisa. Em seguida explicita-se os objetivos e questões de pesquisa, bem como a metodologia utilizada. Dentro do percurso metodológico são detalhadas as técnicas de coleta de dados utilizadas: a análise documental para seleção das famílias inseridas em três ou mais programas sociais; e a realização de um grupo focal, técnica que permitiu a apropriação das falas em debate desses sujeitos sobre sua múltipla inserção nas políticas sociais e suas experiências em relação as intervenções do serviço social. Finalizando o capítulo encontra-se a apresentação e análise dos dados obtidos na pesquisa.

As considerações finais trazem aspectos relevantes para dar continuidade a discussão proposta neste estudo. Reconhece-se que o presente trabalho ainda é introdutório na temática da múltipla inserção, sendo necessário maiores investigações sobre a relação entre a família e a política na qual está inserida.

CAPÍTULO I – O *LOCUS* DA FAMÍLIA NO CONTEXTO DA ATUAL POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

A política social brasileira tem sua trajetória fortemente marcada pelas mudanças políticas e econômicas do cenário internacional e por seus reflexos nos processos organizativos da política interna. Nesse contexto, percebe-se claramente a primazia do plano econômico sobre o social, contribuindo para o aumento das distâncias entre as camadas da população e, conseqüentemente interferindo no modo de (sobre) viver das famílias brasileiras.

Neste capítulo será contextualizado a realidade da política social brasileira com ênfase ao período que segue a década de 1980. Levanta-se o quadro dos atuais programas sociais que viabilizam direitos. Desta forma, apresenta-se o tema trazendo as perspectivas de análise da Política de Assistência Social segundo Pereira (2000) e Sposati (2001), as quais mostram tais políticas no âmbito da assistência social e a argumentação de Demo (2003) e Ribeiro (2003) sobre os aspectos da focalização. Em seguida, expõe-se os programas sociais concretizados na forma sócio-assistencial e de transferência de renda.

Para subsidiar o debate sobre a inserção das famílias nas políticas sociais far-se-á uso das reflexões de Hérítier (1989) com sua visão da família na perspectiva da antropologia social e Sarti (2002) tendo a família como rede de relações. Em Campos e Miotto (2003) aprofunda-se a discussão sobre a família e sua inserção nas políticas de proteção social cujas idéias são corroboradas por Pereira (2004). Assim, pretende-se apresentar a situação da família contemporânea enquanto espaço de proteção que se encontra desprotegido no atual contexto social e econômico.

1.1 Breve contextualização das políticas sociais e o quadro atual dos programas sociais no Brasil

O período que compreende as décadas de 1980 e 1990 é caracterizado pela ebulição neoliberal dos sistemas políticos e econômicos mundiais, gerando o agravamento das desigualdades sociais nos países periféricos. No contexto brasileiro, esse processo teve como conseqüências a precarização das relações de trabalho, a redução do papel do Estado e a livre circulação de capital no mercado financeiro mundial, configurando-se em uma situação de vulnerabilidade do país aos ditames hegemônicos internacionais (FALEIROS, 2000).

Nos anos 1980, os segmentos da população organizada mobilizam-se na reivindicação de direitos civis, políticos e, principalmente sociais nunca efetivados em sua plenitude. Como resultado deste movimento, surge a nova Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, na qual o Estado reconhece e assume sua responsabilidade em proporcionar condições dignas de vida a seus cidadãos, respeitando suas diferenças étnicas, culturais, econômicas, políticas e sociais. De acordo com Pereira (2000, p. 148), trata-se de “uma concepção de proteção social na qual tanto os direitos sociais quanto as políticas concretizadoras desses direitos recebem atenção especial” levando ainda a característica da universalidade no acesso, tornando-se um direito de todos os brasileiros.

Neste contexto de aceitação da diversidade presente na nova constituição, a família recebe definição de base da sociedade (CF-1988), independente dos arranjos¹ sob os quais se organiza, tornando-se mais inclusiva ao reconhecer a união estável, a igualdade entre homem e mulher no exercício dos direitos e deveres na sociedade conjugal, a monoparentalidade, a

¹ A particularidade da união homoafetiva ainda não foi contemplada, não sendo mencionada a possibilidade de união entre duas pessoas de mesmo sexo no novo Código Civil de 2003.

dissolução da união (divórcio), os direitos reprodutivos e prevê atenção do Estado às necessidades da família e dos que a integram.

Entretanto, as políticas sociais existentes não dão suporte frente às transformações societárias inicialmente mencionadas. Segundo MIOTO (1997):

Na sociedade brasileira em particular, o grau de vulnerabilidade vem aumentando dadas as desigualdades características de sua estrutura social. Cada vez mais se nota a exigência de as famílias desenvolverem estratégias complexas de relações para sobreviverem.

Dentre as estratégias de sobrevivência encontram-se o trabalho infantil, exploração sexual infanto-juvenil, envolvimento com tráfico de drogas, subemprego, mendicância e tantas outras que acabam contribuindo ainda mais para o estado de degradação dos indivíduos sociais.

Como forma de enfrentamento a tais questões percebe-se a adoção de políticas com caráter focalista e seletivo. A experiência brasileira de proteção social no período neoliberal consiste no direcionamento reducionista do Estado ao responsabilizar a sociedade civil pela satisfação das necessidades básicas dos segmentos empobrecidos através de princípios de solidariedade, parceria e descentralização resultando na “insegurança social” da população brasileira. De modo geral, a presença desta orientação na agenda das reformas dos anos 1990 representou a ruptura com as propostas progressistas concretizadas na Constituição Federal de 1988 (PEREIRA, 2000).

Nesse sentido, é importante mencionar a contribuição de Silva² ao destacar a influência de agências internacionais como o Banco Mundial e Banco Interamericano de

² SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Comunidade Solidária: Focalização ou Fragmentação da pobreza? Rio de Janeiro, Anais do VII ENPESS, 2000.

Desenvolvimento – BID, que ao elaborar propostas de políticas sociais adequadas à agenda de ajuste estrutural priorizam ações compensatórias direcionadas aos segmentos pobres e estruturalmente vulnerabilizados da população.

Apesar desta dissonância entre a proposta neoliberal e a legislação, é importante reconhecer a relevância da aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993 instaurando a Assistência Social como direito no âmbito da Seguridade Social, conforme versa o artigo 1º do capítulo 1:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento as necessidade básicas.

Em decorrência desta legislação, provoca-se o debate acerca da definição dos “mínimos sociais”, ainda incipiente ao restringir sua noção relacionado-a apenas às necessidades básicas e elementares de sobrevivência. Assim, as políticas que viabilizam o acesso ao atendimento das “necessidades básicas” são operacionalizadas utilizando-se da focalização nas ações e da seleção do público a ser atendido.

Realizando uma breve referência ao termo “focalização”, cabe ressaltar que esse direcionamento da política pública não está livre de contradição. *A priori*, focalizar significa pôr em foco, destacar, tornar evidente, salientar. De acordo com Demo (2003) com esse significado ela pode ser utilizada com sentido de “contribuir para incentivar a igualdade de oportunidades”, visto que em uma sociedade com desigualdades acirradas não se pode tratar a todos de forma igual, como prima o princípio da universalidade, essencial nas políticas sociais. Assim, focalizar significa priorizar aqueles que necessitam de maior atenção para reduzir as desigualdades de acesso e oportunidade. Para o autor, as políticas sociais dos países

periféricos ao seguir o ideário neoliberal acabam poupando os recursos em favor do mercado, restando à sociedade pauperizada a “doação” ou “concessão” através de políticas compensatórias incapazes de atingir algum nível de resolutividade frente a questão social³.

Ao analisar os paradoxos da focalização na América Latina, Ribeiro (2003, p. 270) a problematiza segundo seus aspectos políticos e técnico-operativos. No cenário político, observa a influência da individualização da pobreza ao manter os beneficiários em posição de subordinação, estigmatizando-os a medida que “los limita a recibir las prebendas de los programas sociales”. Contribui também para desmobilização no que se refere a “el reclamo del beneficio”, desta forma acentuam-se as condições de pobreza. Sobre os aspectos técnico-operativos da focalização, destaca aquele definido como “estímulo” para a pobreza afirmando que um programa operacionalizado na lógica focalista “no podrá atender al universo total de aquellos interesados en el mismo dar cuenta de la diversidad de situaciones presentes [...]”, e conclui explicando que o tratamento focalizado gera sua própria demanda, pois tais programas não atendem a quem mais necessita, mas sim aqueles cujas necessidades se enquadram no foco da política.

Referindo-se à esta característica das políticas sociais PEREIRA(2000, p.179) sintetiza que:

A radicalidade da focalização dos gastos e da cobertura no campo das políticas sociais tem criado [...] mais problemas do que soluções, pois além de tal tendência violar direitos sociais adquiridos, deixa no abandono consideráveis parcelas da população que, não obstante pobres, não se enquadram nos parâmetros focalizados de pobreza definidos oficialmente.

³ Segundo Iamamoto (2001, p17): “a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado.”

” Entendendo a pobreza como um fenômeno complexo proveniente da forma como a sociedade distribui e concentra o acesso a riqueza socialmente produzida, Sposati (2001) afirma que ao restringir a assistência social ao atendimento das “necessidades dos pobres necessitados”, seu caráter universal é reduzido a uma estratégia que busca assegurar a concentração de riquezas minimizando seus “impactos negativos”, com isso preserva-se a distancia existente entre as classes mais privilegiadas da sociedade e a grande massa de excluídos do usufruto desta riqueza. Tal idéia vem ao encontro da concepção de “cidadania invertida” explicada pela autora como a situação na qual o sujeito é reconhecido pela necessidade que apresenta, ou seja, por ser pobre, negro, morador de comunidades carentes entre outras formas discriminatórias, as quais o rotulam, pois ao incluir este sujeito em determinada proposta focalizada promove sua desqualificação social⁴.

” Para Boschetti *apud* Santos (2003) a focalização se torna perversa quando associada à seletividade ao tornar o acesso aos direitos sociais eletivo. Nesta lógica, a seletividade estabelece critérios de elegibilidade limitando a inclusão dos sujeitos nas políticas sociais, operando de forma contrária ao próprio sistema de seguridade social brasileiro em sua concepção de assistência social como direito.

Retomando a análise para as políticas de saúde e previdência, que junto a assistência social formam o tripé da Seguridade Social no país, é possível afirmar que as mudanças ocorridas a partir de 1991 resultaram no aprofundamento da fragmentação e da ingerência destas políticas. A descentralização da saúde, por exemplo, não garantiu sua universalização e nem a qualidade dos serviços, o que também está relacionado a lógica neoliberal promotora da

⁴ Termo utilizado por Maura Pardini Vêras com significado de “exclusão social, pobreza com condições precárias de vida e vista como ameaça a coesão social”, no prefácio à edição brasileira do livro “Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza” de Serge Paugan.(2003).

mercantilização da saúde. A previdência social foi desvinculada no nível a nível organizativo do extinto Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), mas estas mudanças não contribuem para na organização do custeio da seguridade e não garantem o acesso dos trabalhadores aos benefícios previdenciários. Dessa forma, a população permanece à margem do acesso aos serviços públicos elementares para a concretização de seus direitos (PEREIRA, 2000).

Há que se considerar ainda o fator da descontinuidade das políticas sociais, ou melhor, a construção, desconstrução e renomeação de ações sociais com o objetivo de dar uma “marca” a cada governo. Percebe-se esse caráter eminentemente clientelista como parte da cultura política do Brasil ao utilizar-se do que poderia ser definido como “marketing social” para fins eleitoreiros. Os exemplos mais recentes desta realidade são o programa Comunidade Solidária, do governo de Fernando Henrique Cardoso e o programa Fome Zero, “bandeira” no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Nos dois casos identifica-se o cunho emergencial e assistencialista, além do repasse à sociedade civil pela via da sensibilização para a caridade com vistas a fazer com que assumam seu papel solidário em relação aos mais necessitados, mascarando o descomprometimento do Estado em garantir o acesso de sua população aos direitos sociais.

Considerando tais ponderações é possível afirmar que a política social apresenta-se com caráter focalista ao direcionar sua atenção e, conseqüentemente, os gastos sociais, aos setores nos quais a pobreza se mostra mais alarmante. Esta forma de se conceber a política social é associado à seletividade estabelecendo critérios de elegibilidade. Assim, o Estado passa a reduzir o acesso da população aos direitos sociais, pois somente aqueles que comprovam sua situação de pobreza são incluídos nas políticas criadas para atender situações

reconhecidas pelo aparato estatal como de “risco” ou “vulnerabilidade”. Dessa forma retira-se o caráter universal da política ao concretizá-la de maneira assistencialista objetivando a manutenção da pobreza e contrapondo a concepção de inclusão social com vistas a efetivação da cidadania.

Para contextualizar esta discussão no plano histórico e político mais recente, apresenta-se um recorte buscando explicar sucintamente a forma como a Política Nacional de Assistência Social está organizada.

No contexto do atual governo⁵, a política de assistência social está sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS⁶, criado em 23 janeiro de 2004 e organiza-se sob os seguintes eixos: desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, assistência social e de renda de cidadania no país e a gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Em sua estrutura organizacional, cabe a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) a coordenação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a competência da gestão de benefícios sociais, bem como da proteção social básica e especial.

A SNAS tem competência sob o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que segundo as informações divulgadas pelo MDS e através dos encontros e seminários⁷ promovidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em articulação com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), apresenta uma proposta inovadora que visa integrar as políticas setoriais e as diferentes esferas da administração pública, tendo como objetivo “identificar os problemas sociais na ponta do processo, focando as necessidades de

⁵ O presidente Lula assumiu seu mandato no ano de 2003. Caracteriza-se por ser o primeiro governo do Brasil proveniente da esquerda, formado nas classes trabalhadoras (PT).

⁶ O organograma completo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome encontra-se no anexo I.

cada município, ampliando a eficiência dos recursos financeiros e da cobertura social”⁸. O SUAS também objetiva garantir o caráter democrático e descentralizado em busca da ampliação da rede de assistência social no Brasil. Sua operacionalização seria viabilizada através de um sistema integrado organizando os programas sociais já existentes em diferentes “níveis de proteção”, quais sejam: a) nível básico, b) nível de média complexidade e c) nível de alta complexidade.

Ressalta-se que esta é uma proposta em fase de construção, portanto, os serviços sociais continuam operando de forma fragmentada, o que também ocorre com os programas sociais sob gestão deste ministério.

Estes programas presentes no âmbito nacional atingem segmentos específicos da população e são compostos por ações voltadas a crianças e adolescentes, portadores de deficiência⁹, idosos e família. Considerando a legislação vigente, a família deve ser priorizada em todas as ações governamentais conforme versam as diretrizes dos referidos programas. Ocorre que, em virtude do caráter focalista e seletivo das políticas sociais, geralmente, as famílias são inseridas nos programas sociais por intermédio das situações específicas de seus membros possibilitando a existência de inserções variadas, ou seja, a família pode estar inserida tanto na política de proteção à infância e ao mesmo tempo naquela que vem a suprir necessidades relativas ao portador de deficiência, ou ao idoso, isto porque estas diferentes situações coexistem no ambiente familiar.

A fim de proporcionar uma visão panorâmica sobre a forma como se estabelece esta relação entre a política social e a família brasileira, buscar-se-á nos subitens seguintes

⁷ Os debates promovidos pelos referidos Conselhos iniciaram-se no segundo semestre de 2004, mobilizando principalmente os profissionais de Serviço Social na formulação da nova proposta contida no SUAS.

⁸ Disponível no site www.mds.gov.br

⁹ Esta terminologia está sendo substituída por: pessoas com necessidades especiais.

mencionar alguns aspectos referentes as orientações dos programas sociais do Governo Federal, dentre eles o público alvo, os critérios de elegibilidade e a contrapartida das famílias.

Destaca-se que a subdivisão dos programas sociais entre *programas de transferência de renda, programas socioassistenciais e os programas de proteção* apresentada a seguir foi estabelecida neste trabalho a fim de facilitar a compreensão dos referidos programas, não sendo referências usuais no âmbito da política social visto todos os programas estarem vinculados à Política de Assistência Social.

1.1.1 Os programas de transferência de renda

No cenário mundial, os programas de transferência de renda têm-se apresentado como uma alternativa de enfrentamento à diminuição do poder aquisitivo, à escassez das oportunidades de trabalho e aumento da pobreza.

De acordo com Santos (2003) as primeiras discussões sobre programas de transferência monetária surgem no Brasil a partir da década de 1970, com propostas de operacionalização através do chamado imposto negativo¹⁰. Em 1991, o Senador Eduardo Suplicy apresenta Projeto de Lei nº 80 propondo a implantação do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) visando abranger todas as pessoas maiores de 25 anos residentes no país e que recebem rendimentos inferiores a 2,5 salários mínimos ou com renda nula. Tal proposta se mostra universalista e inclusiva a medida que não cria critérios de seletividade.

¹⁰ Defini-se de forma inversa ao imposto de renda, no qual o cidadão que possui renda superior ao nível máximo de isenção paga imposto, o cidadão que tem renda inferior ao nível mínimo de isenção deve receber o imposto negativo.

Após nove emendas constitucionais, o projeto ganha dimensão focalista ao se concretizar sob forma de programas sociais seletivos direcionados a segmentos específicos da população. Dentre tais programas encontram-se o Benefício da Prestação Continuada - BPC e os que relacionam a concessão do benefício monetário à famílias com filhos com idade entre 7 e 15 anos, inseridos na rede regular de ensino.

Sobre os programas que se destinam a transferência de renda mediante a inserção dos filhos na escola, cabe ressaltar que as famílias devem estar inscritas no Sistema de Cadastramento Único Federal, que se torna factível mediante a apresentação dos documentos necessários (anexo 2). Após cumprir esta etapa, as informações são enviadas à Caixa Econômica Federal, responsável pela confecção do Cartão Cidadão – cartão magnético – e repasse do recurso diretamente às famílias.

Dentre os programas de transferência monetária encontram-se além do BPC já mencionado, o Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e o Programa Agente Jovem. A seguir explicita-se seu público alvo, critérios de elegibilidade e os critérios a serem cumpridos pelas famílias para permanência destas nos referido programas.

a) Benefício Prestação Continuada

O BPC é o pioneiro dentre as iniciativas de transferência de renda a população de baixa renda. Regulamentado na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS e Implantado em 1996, destina o pagamento de “um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com setenta anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família”.

Público alvo: idosos acima de 67 anos em situação de pobreza extrema ou portador de deficiência que impossibilite para o trabalho.

Crêterios de elegibilidade: tanto para o portador de deficiência quanto para o idoso a renda per capita familiar deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo, sendo que no caso do portador de deficiência deve encontrar-se em situa o que o impossibilite para o trabalho.

Valor do benefício: um salário mínimo (segundo o reajuste de 1  de maio de 2005 equivale a R\$ 300,00).

Contrapartida do beneficiário: para o portador de deficiência   necessário realizar a reavalia o através de perícia médica a cada dois anos. O pagamento do benefício   interrompido mediante a supera o das condi oes que impossibilitam para o trabalho.

b) Bolsa Família

Criado em 2004, o Bolsa Família   a concretiza o da proposta do governo de Luiz In cio Lula da Silva de unificar os programas de transferência de renda (Bolsa Alimenta o, Auxílio Gás, Bolsa Escola).

Público alvo: famílias em situa o de pobreza, cuja renda per capita não ultrapassa o valor de R\$ 100,00 mensais.

Crêterios de elegibilidade: com a unifica o dos programas de transferência de renda, estenderam-se os cr terios de elegibilidade de renda, faixa etária dos filhos e freq ncia escolar. Existem dois grupos de famílias elegíveis para o programa: 1) famílias em situa o de extrema pobreza, com renda mensal per capita até R\$ 50,00; 2) famílias pobres e extremamente pobres com crianças e jovens entre 0 e 16 incompletos (Grupo 1 e 2), com renda mensal até de R\$ 100,00 per capita.

Valor do benefício: As famílias em situação de extrema pobreza poderão acumular o benefício básico e o variável, chegando ao máximo de R\$ 95,00 mensais (R\$ 50,00 do benefício básico mais R\$ 45,00 do benefício variável). As famílias em situação de pobreza com renda entre R\$ 51,00 e R\$ 100,00 podem receber até R\$ 45,00.

Contrapartida da família: para manter o recebimento do benefício é necessário que as famílias cumpram o que o programa chama de “condicionalidades”. As condicionalidades são entendidas como contrapartidas sociais que devem ser cumpridas pelo grupo familiar e são divididas em três grupos: 1) todos os membros devem participar do acompanhamento de saúde; 2) todas as crianças devem estar matriculadas e freqüentando o ensino fundamental; 3) todas as famílias inseridas no programa devem participar das ações governamentais (a nível federal, estadual e municipal) de educação alimentar.

c) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)

Implantado em 2000, objetiva a retirada de crianças e adolescentes do trabalho precoce, inserção na rede de educação formal e participação em Jornada Ampliada no período oposto a escola. Quanto às famílias, pretende a geração de trabalho e renda para a superação da condição econômica determinante do trabalho infantil.

Público alvo: Famílias com crianças e adolescentes na faixa etária dos 7 aos 15 anos envolvidos em atividades consideradas como as piores formas de trabalho infantil.

Crítérios de elegibilidade: renda per capita familiar inferior a R\$ 100,00 mensais, filhos com idade entre 07 e 15 anos em atividades laborais consideradas insalubres, degradantes e vexatórias de acordo com as determinações do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Ministério do Trabalho e Emprego.

Contrapartida da família: Segundo a orientação do governo federal, cabe às famílias garantir a frequência mínima das crianças e adolescentes na escola e na jornada ampliada equivalente a 75% do período total, afastamento definitivo de todas as crianças e adolescentes menores de 16 anos do trabalho, participação das famílias nas ações sócio-educativas e de ampliação e geração de renda que lhes forem oferecidas.

Valor da bolsa: Famílias, cujas crianças exercem atividades na área urbana, têm direito à bolsa mensal no valor de R\$ 40 por criança. As que exercem atividades na área rural recebem R\$ 25 ao mês, para cada criança cadastrada.

Além da bolsa, o programa repassa aos municípios os valores de R\$ 20 nas áreas rurais e R\$ 10 nas áreas urbanas (por criança ou adolescente) à denominada Jornada Escolar Ampliada, para o desenvolvimento, em período extracurricular, de atividades de reforço escolar, alimentação, ações esportivas, artísticas e culturais.

d) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social

Criado no mandato de Fernando Henrique Cardoso, o programa visa o desenvolvimento pessoal, social e comunitário dos adolescentes para que se tornem agentes multiplicadores, com o objetivo de preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade, contribuir para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, DST's e gravidez não planejada e facilitar sua interação social para que se prepare para o mundo do trabalho.

Público - alvo: jovens com idade entre 15 e 17 anos que, prioritariamente se encontrem fora da escola, que participem ou tenham participado de outros programas sociais (medida que dá cobertura aos adolescentes e jovens oriundos de outros Programas, como o da Erradicação do Trabalho Infantil, que estejam em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, que

sejam egressos ou que estejam sob medida protetiva ou socioeducativa, oriundos de Programas de Atendimento à Exploração Sexual Comercial de Menores, egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e 10% das vagas de cada município são necessariamente destinadas a adolescentes portadores de algum tipo de deficiência.

Valor do benefício: bolsa no valor de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais), depositada em conta bancária em nome do próprio adolescente.

Contrapartida dos adolescentes: para receber a bolsa, é preciso que o jovem tenha sua documentação regular e participe, no mínimo, de 75% do total de aulas na escola e das atividades previstas no Programa.

1.1.2 Os programas socioassistenciais

Aqui se encontram relacionados os programas oriundos do governo federal destinados a população em situação de vulnerabilidade social desenvolvendo ações com vistas a prevenção e superação de quadros em que a violação de direitos.

Estão relacionados a dispositivos legais como o Estatuto do Idoso de 2003, a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência de 1999, o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, além da Constituição Federal de 1988. Tais dispositivos são resultados da mobilização dos segmentos específicos da população em busca do reconhecimento de seus direitos.

a) Programa de atenção a Pessoa Idosa:

Oferece apoio técnico e financeiro a serviços de proteção social e a programas e projetos executados por Estados, municípios e entidades sociais, destinados ao atendimento da

pessoa idosa vulnerabilizada pela situação pobreza. Tem como objetivo principal assegurar os direitos sociais do idoso criando condições para promoção de sua cidadania e participação e integração na sociedade.

Público alvo: idosos com 60 anos ou mais vulnerabilizados pela pobreza.

Critérios de elegibilidade: dependem da operacionalização dos estados e municípios. Pode-se considerar os mesmos que definem o público alvo.

As modalidades de atendimento, previstas na Lei Orgânica de Assistência Social e na Política Nacional do Idoso são: Centros e Grupos de Convivência, Instituições de Longa Permanência, durante um período indeterminado, Centro-Dia, Casa-Lar, República, Atendimento Domiciliar.

b) PAIF – Programa de Atenção Integral a Família

De acordo com as orientações do MDS, deve ser desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), espaços físicos localizados estrategicamente em áreas de pobreza. Na perspectiva do SUAS, o CRAS presta atendimento socioassistencial, articula os serviços disponíveis em cada localidade, potencializando a rede de proteção social básica. Objetiva potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade, proporcionar o acompanhamento socioassistencial das famílias dentro do território da atuação do CRAS, contribuir para a autonomia e emancipação social das famílias, desenvolver ações que possibilitem com o rompimento do ciclo de reprodução da pobreza entre gerações e atuar de forma preventiva, evitando que essas famílias tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Público alvo: famílias situação de vulnerabilidade social em decorrência da pobreza, privadas do acesso a serviços públicos, com vínculos afetivos frágeis, discriminadas por questões de gênero, etnia, deficiência, idade, entre outras.

Critério de elegibilidade: situação de vulnerabilidade social em decorrência da pobreza.

Contrapartida das famílias: fica a cargo das exigências da legislação na qual a família é definida como responsável pela manutenção do cuidado e do vínculo de seus membros.

c) Programa de apoio a pessoa portadora de deficiência

Através de serviços de proteção socioassistencial executados de forma direta pelos governos estaduais e municipais ou, de forma indireta, em organizações da sociedade civil, busca criar condições para promover sua autonomia, inclusão social e participação na sociedade assegurando os direitos sociais da pessoa com deficiência. Viabiliza apoio técnico e financeiro para as instituições de atendimento.

Público alvo: pessoas com deficiência em situação de pobreza ou de risco pessoal e social.

Critério de elegibilidade: é necessário que a pessoa com deficiência ou sua família comprove a situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza ao gestor municipal para acessar os serviços.

Contrapartidas das famílias: como o governo federal não prevê uma única forma de atendimento, as contrapartidas exigidas pela família são aquelas previstas na legislação entendendo a família como co-responsável na proteção, provimento e manutenção dos vínculos de seus membros.

d) Programas de Orientação e Apoio Sócio Familiar

Os programas de orientação e apoio sócio familiar se inscrevem no âmbito dos programas de proteção de acordo com o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente e com a resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente nº 71, de 10 de junho de 2001. Visam acompanhar e orientar as famílias para sua autogestão e reorganização da dinâmica familiar.

Público alvo: famílias em que é diagnosticada a violação dos direitos de crianças e adolescentes.

Crterios de elegibilidade: a própria violação do direito da criança ou adolescente

Contrapartida das famílias: participação nos atendimentos individuais sistemáticos, cumprimento das orientações dos profissionais, interrupção da situação de violação do direito.

1.1.3 Programas de Proteção

Esta modalidade de atendimento assistencial é destinada a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal e social, decorrentes de abandono, fragilidade dos vínculos familiares e afetivos além da violência física, psicológica e social e sexual. Caracterizam-se pela interação com o sistema de garantia de direito, sendo as ações do âmbito do poder Executivo compartilhadas com o Poder Judiciário e o Ministério Público.

a) Programa de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (Sentinela)

Como programa de proteção, o Sentinela é um conjunto de ações sociais especializadas e multiprofissionais dirigidas a crianças, adolescentes e famílias nas quais é identificada a violência física e sexual. Objetiva a garantia de direitos fundamentais destas crianças e adolescentes, através do fortalecimento de sua auto-estima e o restabelecimento do direito à

convivência familiar e comunitária em condições dignas de vida, ou seja, sem a existência da violência sexual.

Público alvo: crianças e adolescentes vítimas de abuso ou violência sexual e suas famílias, independentemente da condição financeira que esta possui.

Critério de elegibilidade: neste caso, a criança, adolescente e sua família são atendidos pelos serviços de proteção independente de sua condição econômica.

Contrapartidas das famílias: prevê o atendimento as famílias cujas crianças e adolescentes são vítimas de violência e abuso sexual através de ações sócio-educativas buscando cessar o quadro de violência. De modo geral exige o comprometimento familiar de acordo com o que versa a legislação.

b) Atenção à Criança de 0 a 6 anos

Com o objetivo de “assegurar o desenvolvimento integral da criança, valorizando a convivência social e familiar”, o governo federal viabiliza apoio técnico e financeiro a programas e projetos executados por estados, municípios e entidades sociais, destinados ao atendimento de crianças cujas famílias se encontram vulnerabilizadas pela pobreza.

Público alvo: crianças na faixa etária de 0 a 6 anos que estão vulneráveis devido a privação de renda e do acesso a serviços públicos, com vínculos familiares e afetivos frágeis, discriminadas por questões de gênero, etnia, deficiência e idade.

Critério de elegibilidade: em geral considera-se a situação econômica, mas é comum que se estabeleçam mais critérios devido às vagas geralmente insuficientes para atender a demanda pelo serviço.

Contrapartida das famílias: segue dentro da mesma tendência dos programas mencionados anteriormente. Geralmente é possível prever as exigências das instituições de atendimento no

que se refere ao cumprimento de horários e frequência das crianças para a manutenção das vagas.

Ao total, conta-se com dez programas governamentais para atender a população em situação de vulnerabilidade. São dez focos de atuação destinados à situações específicas de vulnerabilidade nas quais as famílias inseridas são co-responsabilizadas, dentro do que prevê o artigo 229 da Constituição Brasileira. O próximo item aprofunda o debate sobre o *lócus* da família na política social brasileira.

1.2 Família: um espaço de proteção desprotegido

Com o objetivo de apresentar algumas referências que contribuam para a conceituação de família e de sua relação com o sistema de proteção social, esta parte do trabalho se dedica a reflexões no sentido de trazer os elementos que compõem, interferem e interagem no espaço familiar, bem como identificar como esta vem sendo tratada pela política social brasileira.

Ao empregar-se o termo família é comum surgir a idéia de um padrão ou modelo, geralmente proveniente de experiências individuais das relações com o grupo familiar que é permeado de conceitos oriundos de visões tradicionais baseadas nos princípios do patriarcado e no modelo burguês de família. Segundo Neder (1994), é nessa perspectiva que emerge na sociedade a dualidade ao conceituar a família como regular – empregado àquelas que seguem os padrões acima mencionados e orientados pela classe dominante – e de família irregular – enfatizando sua relação estreita com a pobreza – que se mostra presente na orientação das políticas sociais do país. Entretanto, ao ampliar esta visão percebe-se claramente que ela não comporta a realidade em virtude de desconsiderar a diversidade cultural, étnica e econômica e social que compõe a família brasileira desrespeitando-a politicamente e sendo co-responsável “pelos preconceitos que produzem a evasão escolar, a displicência e o descaso no atendimento médico e a truculência policial em relação as classes populares” (NEDER, 1994, p. 44).

A contribuição da antropologia social torna-se essencial para desmistificar essa compreensão de família. Segundo Hérítier (1989) a crença de que a família é algo natural e estático impõe-se em virtude da universalidade em que esta ocorre na sociedade, entretanto ao analisá-la na perspectiva da multiplicidade cultural exaltam-se exemplos que fogem ao formato nuclear costumeiro, composto por pai, mãe e filhos. Esta visão descortina a realidade presente na sociedade brasileira, que apesar de seguir moralmente o modelo considerado

hegemônico, demonstra em seu cotidiano a possibilidade de diversas formas de organização familiar, ultrapassando as concepções tradicionais que elegem elementos como a consangüinidade e a legitimidade do casamento imprescindíveis à concepção da família.

Considerar o aspecto da diversidade é remeter-se a busca pela compreensão de como a família “se constrói, constrói sua noção de si”, dessa forma evita-se o emprego de uma conceituação precipitada de sua realidade (SARTI, 2002, p. 27). Com base na perspectiva do interacionismo simbólico¹¹, Althoff (2001) sugere o entendimento de família sob o ponto de vista de quem vive nela concluindo em seus estudos que o convívio é um elemento essencial para dar “significado à idéia de família”. Complementa sua conceituação definindo família como um “grupo humano” formado por duas ou mais pessoas que se dispõem a viver juntas, estabelecendo entre si relações afetivas e sociais de níveis diferenciados construindo “uma convivência” através de um conjunto de ações e interações, estando conectada ao mundo externo, pois sua existência é interdependente e entrelaçada à sociedade com a qual interage.

No debate contemporâneo a família é reconhecida enquanto espaço de reprodução social:

De fato, a família é o primeiro sujeito que referencia a proteção e socialização dos indivíduos. Independente das formas e desenhos que assume, ela se constitui num canal de iniciação e aprendizado dos afetos e das relações sociais (CARVALHO, 1994, p. 93).

Isso significa considerar a dinâmica da socialização explicada por Vitale (1997) pela perspectiva das relações intergeracionais. Nesta concepção a família é o primeiro grupo responsável pela socialização do ser humano, nele são transmitidas as representações de

¹¹ Esta teoria compreende a família “como complexo ator social mergulhado em múltiplos processos interativos com a sociedade em que se insere” (SARACENO, 1997, p. 16).

mundo por meio do movimento geracional, ou seja, os mais velhos transmitem aos jovens seu aprendizado em relação ao mundo que os cerca. Míoto (2000) que corrobora com Vitale (1997), acrescenta a função mediadora da família nas relações entre sujeitos e coletividade, seu caráter de “espaço privilegiado na história da humanidade” no qual se encontram as primeiras referências na construção da identidade individual e social do homem.

Ao reconhecer tais aspectos pertinentes à concepção de família é possível entendê-la como:

Núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo, mais ou menos longo e se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos. É marcado por relações de gênero e, ou de gerações, e está dialéticamente articulada com a estrutura social na qual está inserida (MIOTO, 2000, p. 217).

Observa-se através das conceituações a preocupação em tornar o significado de família mais abrangente e inclusivo, abarcando o constante movimento de transformação da sociedade contemporânea e seus impactos na vida e nas estratégias de organização familiar.

Relacionar alguns aspectos das transformações ocorridas na sociedade aprofunda a compreensão de sua influência na família.

Para uma contextualização atual do processo de modernização pelo qual passa a família, a década de 1980 pode ser entendida como etapa essencial na compreensão desta na contemporaneidade. Nesse período assiste-se o crescimento da globalização e a mundialização do capital financeiro gerando aumento da interdependência econômica do país. Dessa forma:

Um crescimento baseado no aviltamento salarial, seguido de forte e alto processo inflacionário, a par da modernização tecnológica na produção, defasou enormemente os ganhos familiares nas últimas décadas, lançando ainda no subemprego, ou desemprego, grandes contingentes de chefes de família (CARVALHO, 1995, p. 13).

Associando estes fatores à situação econômica vivenciada pelas famílias brasileiras, Vitale (2002) afirma que a relação entre mulher, monoparentalidade e pobreza tem conseqüências perversas. Com relação a entrada das mulheres no mundo do trabalho, considerando as camadas sociais menos privilegiadas, Gueiros (2002) alerta que as mulheres “permaneceram à margem da esfera pública”, e, quando participam dela é na condição de trabalhadoras sem qualificação ocupando posições de trabalho subalternizadas.

Não perdendo de vista as relações de gênero, Freitas (2002, p. 81) adverte que “historicamente, coube as mulheres o espaço privado, o mundo da casa”. Com o reconhecimento da infância enquanto fase específica do desenvolvimento humano, a família volta sua atenção aos filhos sendo a mulher responsável por educá-los e cuidá-los, assim as mães ocupam lugar de destaque nesse espaço tornando-se constituinte da identidade feminina e do papel da maternidade. Ocorre que ao conquistar espaço no mundo do trabalho, seja por necessidade econômica ou realização pessoal, a mulher acumulou responsabilidades, tornando-se muitas vezes chefe de família. Surge aí outro elemento, a *monoparentalidade*, onde um único progenitor vive com seus filhos ainda não adultos, existe independente do gênero, mas em sua maioria são as mulheres que estão a frente destas famílias.

Reconhecendo a importância da mulher na família, as políticas sociais tem voltado suas ações favorecendo a atuação feminina na organização e administração dos recursos. Para Campos e Miotto (2003) isso decorre da visão de que a mulher, por permanecer mais tempo junto aos filhos, é elemento ao qual deve ser direcionada a política de proteção social.

Segundo as autoras, a forma como se estabelecem tais políticas irá depender da percepção de família estabelecida no contexto dos diferentes sistemas de proteção social. Analisando os sistemas de proteção europeus e embasadas nas elaborações de Marshall (1967) apresentam as seguintes concepções:

- *família do provedor masculino*: compreende a visão conservadora presente na maioria dos Estados de Bem Estar Social. Nesta concepção, a família aparece como unidade de redistribuição de renda entre “chefes de família” e seus dependentes e a de unidade “doadora de cuidados”. Desta maneira, prevê-se a divisão das responsabilidades de acordo com o gênero, ou seja, ao chefe de família cabe o sustento material, enquanto a mulher se compromete com os cuidados direcionados a seus membros. Aqui se favorece o provedor masculino por possuir vínculo mais estável com o trabalho, a ele destinam-se as políticas de seguridade mediante o *status* de trabalhador;

- *familismo*: nesse conceito a família é concebida como unidade autônoma e que através da iniciativa pessoal/familiar deve assumir a responsabilidade pelo seu Estado de Bem Estar. Decorrente deste entendimento, o Estado se exime da atenção às famílias, sendo as medidas direcionadas a elas um reflexo de outras políticas setoriais (ex.: educação, saúde);

- *família no Estado de Bem Estar social-democrata*: aqui, o objetivo do Estado é a socialização dos custos dos eventos relacionados às famílias, realizando a transferência direta à seus membros – crianças, idosos e deficientes – pela via do provimento específico e independente dos serviços.

Refletindo sobre o contexto na família na política social brasileira, as autoras trazem as orientações legais presentes na Constituição Federal de 1988 e nas demais leis ordinárias, que reconhecem a família como unidade responsável pelo cuidado de seus membros, estando sua atenção sujeita ao reconhecimento dos direitos individuais. Além disso, a atenção dispensada à família apresenta-se débil operando com recursos escassos e de forma temporária. Ao realizar uma aproximação da realidade brasileira com as visões de família provenientes dos padrões de proteção supracitados, as autoras afirmam:

Tomando como parâmetro os diferentes lugares que a família ocupa nos sistemas de proteção social e relacionando-os à situação brasileira, tanto em termos dos dispositivos legais como operacionais a elas dirigidos dentro do sistema de proteção social – especificamente na política de assistência social – é possível afirmar que no país temos uma orientação eminentemente “familista”. (CAMPOS e MIOTO, 2003. P.182)

“Nesta orientação, percebe-se o descomprometimento do Estado repassando à família a responsabilidade pelo provimento e proteção de seus membros em uma conjuntura na qual a população brasileira vive o empobrecimento e a privação de direitos, tornando-se cada vez mais fragilizada.”¹¹

Em sua abordagem sobre a família na ótica do pluralismo de bem estar, Pereira (2004, p 31) explica a influência da reestruturação das políticas do pós-guerra ao incentivar a participação mais ativa da iniciativa privada, justifica o recolhimento do Estado como agente regulador enquanto repassa a sociedade, e conseqüentemente à família, a responsabilidade pelo processo de satisfação de suas necessidades sociais. Nesse sentido, a proteção social pode surgir de fontes diversas: do Estado como instância oficial com o recurso da autoridade e do poder coativo, do mercado enquanto setor comercial através dos recursos do capital e da sociedade – da qual a família é parte – pela via da solidariedade, como setor informal contando com suas redes primárias de apoio¹². Conforme afirma Santos (2003), o Estado passa a intervir apenas em situações nas quais as famílias “falharam” ou não possuem condições para cumprir suas “responsabilidades”.

Nesta configuração, as transformações societárias aliadas as políticas de enfrentamento às expressões da questão social, tornam as famílias e os sujeitos que a compõem ainda mais vulnerabilizados. A forma focalista e seletiva através da qual se apresentam os programas

¹² As redes primárias de apoio constituem-se pelo setor informal, desinteressado e espontâneo, formado pela família, vizinhança e dos grupos de amigos próximos (PEREIRA, 2004, p. 32).

sociais dificulta a atenção da família em sua totalidade. A política de assistência social concretiza-se pelas formas de atenção à situações específicas relacionadas aos direitos individuais de crianças e adolescentes, idosos ou portadores de deficiência. Na família estão presentes todas as questões relacionadas a estes sujeitos de direito, que, conforme versa a legislação e o entendimento da sociedade, devem encontrar no ambiente familiar a proteção necessária para seu desenvolvimento.

Entretanto está família vista de forma fragmentada pela política social e cujos vínculos encontram-se cada vez mais fragilizados, ao mesmo tempo que aparece como principal responsável pelo cuidado de seus membros como ambiente primordial de proteção e socialização, encontra-se desprotegida em virtude de sua “impossibilidade de articular respostas compatíveis com os desafios que lhe são colocados” (MIOTO, 2000 p. 219).

“Dessa forma, a família se encontra muito mais na posição de um sujeito ameaçado do que de instituição provedora esperada. E considerando a sua diversidade, tanto em termos de classes sociais como de diferenças entre os membros que a compõe e de suas relações, o que temos é uma instância sobrecarregada, fragilizada e que se enfraquece ainda mais quando lhe atribuímos tarefas maiores que sua capacidade de realizá-las” (MIOTO, 2003, p. 183).

Ao observar as atuais propostas do governo brasileiro no Plano Nacional de Assistência Social¹³, é possível constatar sua compreensão de que a “realidade tem dado sinais cada vez mais evidentes de processos de penalização e desproteção da família brasileira” (PNAS, 2004 p.35). Diante disto apresenta propostas de integração das políticas e programas sociais, ressaltando a necessidade da centralidade na família. Cabe ressaltar que legalmente, a centralidade na família não aparece como algo totalmente novo, a maioria dos programas

¹³ “A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar”. (PNAS, 2004 p. 25)

sociais caracterizam-se por eleger a família como merecedora de atenção e espaço a ser “trabalhado” pela política social. Mas, como estão direcionados aos segmentos específicos e operam na escassez de recursos humanos e materiais, priorizam o foco a que se destinam (criança, adolescente, portador de deficiência, idoso) deixando a atenção a família em segundo plano. //

Como já mencionado no item anterior, a característica focalista da política de assistência social tem apresentado situações nas quais a família, em virtude de suas múltiplas necessidades, ou como diria Mioto (2000, p. 220) por ser considerada como “caixa de ressonância das grandes questões sociais de nossa época”, insere-se em diferentes programas de atendimento e conseqüentemente vivencia diferentes intervenções profissionais.

◊ Afirma-se aqui a contradição da política social, que versa em sua legislação sobre uma concepção de família “base da sociedade”, portanto merecedora de atenção especial do Estado ao mesmo tempo em que a realidade apresenta um grave declínio das condições de vida das famílias brasileiras. //

O próximo capítulo apresenta uma aproximação desta realidade sob a ótica dos mais interessados na efetivação dos direitos sociais através de políticas de qualidade: os usuários.

CAPÍTULO 2 – A PESQUISA

A investigação de aspectos da realidade é fundamental para a construção de conhecimento e para o aprimoramento profissional. Nessa perspectiva, a pesquisa em serviço social constitui-se em importante instrumental para o conhecimento das situações que envolvem a questão social, subsidiando assim uma intervenção profissional consciente e comprometida com projeto ético-político.

Este capítulo é destinado a apresentação da trajetória de pesquisa que buscou compreender a forma como as famílias do PETI, moradoras da Vila Aparecida em Florianópolis, vivenciam sua múltipla inserção nas políticas sociais, bem como suas experiências em relação as intervenções do serviço social. No primeiro item o objetivo é a contextualização dos sujeitos pesquisados através do estudo de Wagner (2004) sobre a Comunidade Vila Aparecida em Florianópolis.

Após a apresentação dos objetivos e das questões de pesquisa, segue o percurso metodológico. Para alcançar os objetivos propostos realizou-se uma pesquisa qualitativa exploratória com base na metodologia de pesquisa social em Richardson (1999), com sua defesa da pesquisa social crítica. Para selecionar a amostra pesquisada foi utilizada a técnica de análise documental baseada nas elaborações de Lüdke e André (2004). Seguindo as orientações de Neto *at all* (2001), realizou-se um grupo focal com sujeitos de pesquisa da amostra selecionada, que teve como objetivo a apropriação de suas falas em debate. Em seguida os resultados obtidos são apresentados analiticamente com base na contextualização teórica do primeiro capítulo deste trabalho, complementada por outros autores que contemplaram as categorias de análise emergidas da fala em debate dos sujeitos pesquisados.

2.1 Uma aproximação da comunidade Vila Aparecida em Florianópolis e dos seus sujeitos

A cidade de Florianópolis localiza-se no litoral sul do estado de Santa Catarina sendo geograficamente composta por duas partes: a região insular que contém 438 km² e outra continental com 12,1km², totalizando uma área geográfica de 451Km²¹⁴. De acordo com dados do último censo, a capital de Santa Catarina possui população de 342.315 habitantes, sendo que a comparação das estatísticas do IBGE entre os períodos de 1950 e 2000 demonstram crescimento significativo a partir dos anos 1980, com a expansão dos órgãos públicos e o fortalecimento do comércio e do turismo. A população migrante que contribuiu para este crescimento é composta por funcionários públicos, professores, estudantes oriundos do interior do estado e de outras regiões do país, empresários, profissionais liberais, e, também, por migrantes pobres em busca de melhores condições de vida.

Como ocorre em todo Brasil, um dos fatores que desencadeou o processo de migração é a falta de políticas para manter a população rural no campo. Esta realidade também está presente em Florianópolis e é constituinte de seu atual contexto populacional. Parte desta população fixou residência nas regiões periféricas do município, em áreas de ocupação ilegal formando aglomerados cujas condições de habitação caracterizam-se pela precariedade da infra-estrutura, desencadeando um processo de favelização¹⁵ da cidade. A comunidade Vila Aparecida, localizada às margens da Via Expressa, na região continental de Florianópolis próxima ao acesso à ponte Pedro Ivo, é um destes espaços.

¹⁴ Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis

¹⁵ A favela é um local que abriga casas, que geralmente são construídas pelos futuros moradores, com ajuda gratuita de parentes e vizinhos. São espaços, via de regra, sem muito conforto, com poucos e pequenos cômodos, com precária ventilação, salubridade e iluminação (WAGNER 2004, P. 46).

Em 1993 o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis em parceria com o Departamento de Desenvolvimento da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social realizou um estudo denominado “Perfil das Comunidades Carentes do Município”. Este estudo apresenta algumas características das comunidades como a localização, número de famílias, infra-estrutura existente na área, situação habitacional e principais problemas sociais. O relatório do estudo é o documento mais recente sobre as comunidades carentes em Florianópolis, e essa defasagem compromete o conhecimento das diferentes realidades e do modo de vida de seus habitantes.

Num esforço de maior aproximação da realidade da comunidade Vila Aparecida, Wagner (2004)¹⁶ realizou estudo cuidadoso complementando as informações oficiais utilizando-se de visitas no local e da coleta de depoimentos de moradores mais antigos da comunidade. A ocupação da Vila Aparecida teve início no período que compreende as décadas de 1950 a 1960, momento de intensificação da construção civil nos setores públicos em Florianópolis e conseqüentemente de aumento das expectativas de emprego, impulsionando a migração na época.

Os entrevistados por Wagner (2004) relatam que a construção das pontes Pedro Ivo e Colombo Salles também motivou a vinda de novos moradores para a comunidade:

[...] Os homens que fizeram a ponte foram muitos, vieram de São Paulo, Rio de Janeiro, e até da Bahia. A construtora fez uns barracos pra eles morarem ali na Vila, depois que acabou a construção, muita gente acabou ficando por ali. (Dona Mello, WAGNER 2004, p 77)

¹⁶ Em seu trabalho sobre as apropriações das crianças e adolescente em relação ao espaço da favela, Flávia Wagner busca contextualizar a realidade da comunidade Vila Aparecida com a contribuição dos sujeitos que a compõem.

A construção da Ponte Colombo Salles eu peguei no início; eu até trabalhei na cantina, ajudava na cozinha [...] pra construção veio muita gente da região serrana: Lages, Bom Retiro e até de outros lugares mais longe. Muita gente que tava desempregada trabalhou lá, até meu irmão. (Dona Cinda, WAGNER, p.77)

Esses trabalhadores fixaram residência na comunidade, constituíram família e permanecem até os dias atuais. Os moradores descrevem como suas famílias foram ampliando e ocupando os terrenos mais próximos para construção de suas casas.

Ao se referir ao espaço físico da Vila, Wagner percebe nostalgia na fala dos entrevistados. Eles mencionam a falta de cuidado dos novos moradores em relação ao lixo e esgoto a céu aberto, também revelam o descaso do poder público frente ao saneamento básico como fator que contribui para o acúmulo de lixo na comunidade refletindo na qualidade de vida dos habitantes.

Outro aspecto constatado é a violência como parte do cotidiano dos moradores. Durante a coleta dos dados Wagner (2004) observou que eram comuns os relatos de homicídios e outros crimes decorrentes do envolvimento com tráfico de drogas. As entrevistas estavam permeadas de recomendações como “o Pita não vai ligar se você estiver com a gente, vai deixar você entrar sem nenhum problema” (WAGNER, 2004, p. 95). Os moradores recomendam ainda que não se visite a Vila após o anoitecer, pois a partir deste horário os traficantes tomam conta do local e “nem polícia entra mais”. Isso demonstra problemas em relação a segurança pública no local afetando a vida dos moradores.

Apesar destas considerações, os moradores apresentaram algumas referências positivas da Vila Aparecida, como a sede da Associação de Moradores mais conhecida como Casa da Comunidade, enquanto espaço de encontro onde funciona a creche, realizam-se os cultos

religiosos, festas, atividades sócio educativas no período oposto à escola das crianças, cursos profissionalizantes e uma panificadora.

Ao finalizar sua reflexão sobre este espaço, a autora apresenta a Vila Aparecida como lugar dotado de “um significado específico para quem o habita, pois é a casa, a família para onde se retorna no fim do dia e que, ao mesmo tempo, protege da bala perdida” (WAGNER 2004, p. 106).

Torna-se interessante perceber esta comunidade enquanto espaço historicamente constituído pelas classes populares, sendo assim, a satisfação das necessidades básicas desta população está afastada da via do mercado em virtude de suas condições econômicas, o que torna possível afirmar a existência de maior procura pelos serviços públicos gratuitos, provenientes do Estado e concretizados por meio de políticas sociais, como educação, saúde e assistência social. Além destas vias de satisfação, as famílias também recorrem a rede de solidariedade da qual fazem parte parentes, vizinhos, igreja e organizações da sociedade civil com fins filantrópicos.

Tendo a política social como campo de investigação é pertinente analisar como esta se coloca em relação aos usuários, em especial às famílias. A comunidade Vila Aparecida é palco onde as políticas públicas fazem parte do cotidiano de seus habitantes e a intervenção do Estado se faz presente nas questões de segurança pública, saúde, educação e habitação. A política de Assistência Social enquanto parte importante desta intervenção se responsabiliza por viabilizar direitos concretizando sua ação de forma focalizada (seja por meio dos programas de proteção à infância e adolescência, de atenção ao idoso e ao deficiente ou programas de transferência monetária como complemento à renda). Dessa focalização decorre a necessidade de inserção desta população em diferentes políticas e programas sociais para garantir o acesso a seus direitos básicos indispensáveis para sua sobrevivência.

2.2 Objetivos

Geral:

- Analisar como as famílias do PETI - Vila Aparecida vivenciam suas múltiplas inserções nas políticas sociais e a intervenção do Serviço Social decorrente desta inserção, com vistas a subsidiar o debate acadêmico e a intervenção do Serviço Social.

Específicos:

- Mapear em quais políticas sociais as famílias atendidas pelo PETI – Florianópolis moradoras do Bairro Vila Aparecida estão inseridas;
- Apropriar-se das falas das famílias sobre as vivências dessas múltiplas inserções incluindo as estratégias de organização utilizadas pelas chefes de família para atender as exigências das políticas sociais;
- Apropriar-se das falas das famílias sobre as intervenções do Serviço Social e as relações com os profissionais que operam as políticas;
- Compreender a relação entre os sujeitos da pesquisa e a política social.

2.3 Questões de pesquisa

Para analisar o objeto de estudo formulou-se as seguintes questões de pesquisa:

- 1- Em que outros programas e políticas sociais estão inseridas as famílias do PETI moradoras da comunidade Vila Aparecida?
- 2- Como vivenciam e se organizam para atender as exigências da múltipla inserção?
- 3- Como vivenciam a intervenção do Serviço Social e que relações estabelecem com os profissionais?

2.4 Trajetória de pesquisa

Com o intuito de investigar a relação entre a família, a política social e a intervenção do serviço social, sentiu-se necessidade de aproximação da realidade através das falas dos usuários.

Nessa perspectiva, optou-se pela pesquisa qualitativa em virtude de sua capacidade de interpretação e compreensão detalhada dos significados e das características situacionais apresentadas pelos sujeitos pesquisados. Ao defender a capacidade crítica da pesquisa social qualitativa Richardson afirma ser imprescindível a aplicação da lógica dialética como eixo metodológico, portanto a contextualização histórica do fenômeno e dos sujeitos é fundamental. Prossegue acrescentando que o objetivo principal da pesquisa qualitativa “está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno” (RICHARDSON 1999, p. 102).

O autor acrescenta como critério de validez da pesquisa a preocupação do investigador qualitativo com a validade das informações coletadas, ou seja, é necessário que os dados expressem autenticamente as opiniões dos entrevistados. Concluindo sua defesa da pesquisa social crítica e válida com base na rejeição dos critérios positivistas, afirma que:

a validade pode ser analisada em termos da administração reflexiva da relação entre as opiniões dos entrevistados e um processo mais abrangente de análise histórica e estrutural. Essa é uma combinação complexa que exige um trabalho cuidadoso em cada etapa do processo de pesquisa [...], permite fazer uma análise teórica dos fenômenos sociais baseada no cotidiano das pessoas e em uma aproximação crítica das categorias e formas como se configura essa experiência diária (RICHARDSON, 1999, p 103).

Em virtude da problemática apresentada, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois visa uma aproximação preliminar do fenômeno. A pesquisa exploratória pretende “conhecer as características de um fenômeno para procurar, posteriormente, explicações das causas e conseqüências de dito fenômeno” (RICHARDSON 1999, p. 326).

Para que tal investigação seja construtiva no debate sobre a intervenção profissional, considera-se a fala dos usuários, ou melhor, a verbalização de sua experiência em relação às políticas sociais e em relação a intervenção do serviço social no âmbito dos programas que operacionalizam as políticas. Essa observação leva a outro aspecto importante neste construto: a quais famílias dirigir a pesquisa e como investigar sua opinião?

Respondeu-se esta questão escolhendo como percurso metodológico a análise documental partindo dos cadastros das famílias do PETI moradoras da Vila Aparecida como universo da pesquisa, alastrando-se para os demais programas sociais dirigidos à criança e ao adolescente com vistas a mapear a inserção das famílias, identificando aquelas atendidas em três ou mais programas no período entre janeiro de 2004 a abril de 2005. Quanto as políticas básicas entendeu-se desnecessário tal levantamento visto que um dos critérios para inclusão nos programas para a infância e juventude é a frequência escolar, e, em relação a saúde acredita-se na utilização dos hospitais da capital e do posto de saúde da comunidade, que conta com equipes de agentes de saúde. Esta seleção objetiva a confirmação documental da múltipla inserção e conseqüentemente do atendimento pelos assistentes sociais dos referidos programas. Por múltipla inserção, entendeu-se nesta pesquisa, a inclusão das famílias em dois ou mais programas além do PETI.

De acordo com Caullei *apud* Lüdke (1986, p. 38) “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”. Os documentos podem ser considerados uma fonte através da qual o pesquisador

tem fundamentadas suas afirmações. A análise documental na pesquisa exploratória ainda “indica problemas que devem ser mais bem explorados através de outros métodos” (LÜDKE 1986, p. 39). Nesta etapa, além de identificar a múltipla inserção das famílias buscou-se levantar um perfil básico a fim de contextualizar com maior clareza o grupo pesquisado.

Com a autorização da coordenação do PETI, iniciou-se a coleta de dados com a identificação das famílias moradoras da comunidade Vila Aparecida inseridas no programa. Criou-se um documento solicitando autorização para a realização da pesquisa (apêndice a) com a finalidade de apresentá-lo aos coordenadores dos demais programas sociais da rede municipal.

Os dados provenientes do Cadastramento Único, localizado nas dependências da atual Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social, onde se concentram as informações das famílias inseridas no programa Bolsa Família e PETI, já haviam sido coletados em fevereiro do corrente ano com a finalidade de identificar as famílias que recebiam benefícios dos dois programas de transferência de renda.

Após a aprovação do projeto de pesquisa que serviu de base na construção deste trabalho, visitou-se o Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar. A coordenadora do programa mostrou-se receptiva em relação a pesquisa liberando para consulta as fichas com os nomes dos usuários. As famílias eram localizadas através da comparação entre essas fichas de atendimento e os dados provenientes do PETI. O próximo local pesquisado foi o programa Sentinela, onde foi ressaltada a importância do sigilo das informações. A permissão para a consulta dos nomes em atendimento foi permitida com facilidade.

Retornando a Secretaria Municipal já mencionada, foram coletados os dados do Programa Sócio Emergencial. Após algumas explicações sobre o funcionamento do programa

por parte de sua iniciou-se a consulta aos arquivos informatizados com a colaboração da própria coordenadora.

Com cruzamento de todos os dados, foram selecionadas as famílias inseridas no PETI e em dois ou mais programas da rede municipal totalizando o número de 16 famílias. Levantou-se o perfil destas famílias, e, a partir desse momento iniciaram-se os preparativos para próxima etapa da pesquisa.

Como meio de apropriação das informações provenientes dos usuários optou-se pela realização de um grupo focal com as famílias selecionadas. Essa técnica permite coletar os dados através das falas em debate, de acordo com Rizzini (1999, p. 68):

contribui para obtenção de opiniões e dados qualitativos, atitudes e valores relacionados ao tema específico. É útil para que se levante os interesses junto à população, acerca de suas expectativas e necessidades em relação ao tema estudado.

Nesta definição é possível perceber o motivo pelo qual o grupo focal foi julgado a técnica de coleta de dados mais apropriada para a presente pesquisa. Tendo como tema do trabalho a múltipla inserção das famílias nas políticas sociais, este método contribui na compreensão da relação entre a família, a política social e a intervenção do serviço social a partir do debate com as famílias.

Os estudos sobre a utilização do grupo focal enquanto técnica de pesquisa afirmam que o método pode apresentar variações e que originalmente é empregado nas pesquisas de marketing ou de mercado nas quais o público-alvo representa o consumidor. Na perspectiva da pesquisa social esta técnica demonstra ser perfeitamente ajustável. Neto *at all* (2001, p 161) define o grupo focal como:

Uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público alvo de suas investigações, tendo como objetivo, coletar, a

partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico.

Essencialmente qualitativos, os dados obtidos através da fala em debate proporcionam ao pesquisador a apropriação de reflexões produzidas num espaço de discussão, no qual existe a oportunidade de aprofundar-se o tema. Considerando que, em uma pesquisa qualitativa, a rigidez em seguir um roteiro de questões pode prejudicar a profundidade na coleta de dados, as perguntas dirigidas ao grupo para estimular os pesquisados podem trazer temas relevantes para a pesquisa. Nesse sentido elaborou-se um roteiro sugerindo questões chaves relacionadas aos objetivos da pesquisa (apêndice b), reconhecendo na dinâmica do grupo a possibilidade do surgimento de outras questões a serem discutidas dentro do tema proposto.

Seguindo as orientações deste autor, construiu-se a trajetória do grupo focal da presente pesquisa. Definida a equipe de pesquisa composta por um mediador com a função de facilitar a interação e coordenar o debate e um operador de gravação, que reuniu as funções de observador e relator da pesquisa no momento da realização do grupo, optou-se pela realização de apenas um encontro com o grupo focal acreditando em sua capacidade de discussão, visto que de modo geral estas famílias já participaram de grupos realizados pela equipe do PETI, alguns deles coordenados pela própria pesquisadora, o que facilitou a interação entre os sujeitos e a equipe de pesquisa.

Os dados obtidos na análise documental serviram de base para seleção das famílias pesquisadas. Em seguida foi realizado o convite destas a participar do encontro do grupo no espaço físico da própria comunidade. Como forma de retribuir a atenção e o tempo disponibilizado pelos sujeitos pesquisados a equipe de pesquisa organizou um lanche a ser servido no final após o encerramento do debate.

Buscou-se, na comunidade, o espaço físico mais adequado para realização do grupo focal. Efetuou-se contato com a Associação de Moradores da Vila Aparecida, onde geralmente são realizadas as reuniões do PETI, solicitando a disponibilização de uma sala para a manhã do dia 13 de maio do corrente ano. A coordenadora da instituição foi solícita colocando-se a disposição ao ceder e preparar o espaço.

Após esta confirmação deu-se seqüência ao processo de contato com as 16 famílias em múltipla inserção fazendo uso das informações provenientes do PETI. Com base nas informações cadastrais destas famílias optou-se pela utilização do contato telefônico e do envio de convite escrito através de seus filhos que freqüentam as jornadas ampliadas do programa. O convite buscou esclarecer em seu conteúdo, de forma simples e objetiva, a finalidade da pesquisa em discutir a “participação das famílias nos programas sociais”. Os convites foram entregues com uma semana de antecedência. Concomitante a esse processo foram realizados contatos telefônicos explicando tratar-se de um espaço no qual elas poderiam manifestar suas opiniões sobre os programas sociais dos quais participam. A recepção foi boa, as famílias consideraram o assunto interessante disponibilizaram-se a participar e solicitando os nomes das demais convidadas para reforçar o convite.

Na data e local marcados, compareceram sete mães das dezesseis famílias em múltipla inserção. Além destas selecionadas compareceu uma jovem de vinte anos, filha de uma das participantes, com sua filha de seis meses. Também se fez presente uma responsável solicitando explicações sobre o atraso da Bolsa Criança Cidadã. Ambas foram convidadas a participar da pesquisa e aceitaram prontamente. Dessa forma o grupo contou com a presença de nove mães, sendo sete em múltipla inserção nos programas sociais e duas que, embora não fizessem parte da amostra selecionada também foram convidadas a participar.

Inicialmente esclareceu-se novamente o objetivo da pesquisa a qual foram convidadas a participar. Apresentou-se a equipe de pesquisa declarando os papéis de seus membros: a coordenadora responsável pela direção do debate em grupo e o estagiário de psicologia como auxiliar no registro dos dados obtidos na discussão. Foi solicitada a permissão para realização da gravação em fita K7 como forma de registro e as pesquisadas autorizaram sem objeções.

Como o pagamento da bolsa Criança Cidadã – PETI estava em atraso de cinco meses, as mães solicitaram explicações cobrando uma posição do programa frente a situação. A coordenadora do grupo focal, colocando-se a disposição para maiores esclarecimentos no final do debate, retomou a atenção das participantes para a temática da pesquisa.

No debate em grupo foi possível perceber uma participação não homogênea por parte das pesquisadas na expressão de suas opiniões. Contudo todas demonstraram estar envolvidas na discussão posicionando-se e argumentando sobre as questões apresentadas para a discussão e, de acordo com as observações do estagiário de psicologia, mesmo não se expressando em todas as questões apresentadas foi possível identificar seus posicionamentos quando concordavam com as opiniões já apresentadas.

Os resultados do processo investigativo são apresentados integralmente no próximo item.

2.4 Apresentação e análise dos resultados

Neste ítem realiza-se a apresentação e análise dos dados obtidos na presente pesquisa. Inicialmente apresentar-se-á os dados resultantes da análise documental que permitiram mapear a múltipla inserção e identificar o perfil das famílias selecionadas para a pesquisa. A seguir serão descritas as falas das participantes do grupo focal, ao mesmo tempo em que se procede a análise desses dados qualitativos.

Servindo-se primeiramente das informações provenientes do PETI, constatou-se que das 402 famílias beneficiárias em Florianópolis, 55 são moradoras da comunidade, Vila Aparecida configurando um percentual de 13,7 %.

No primeiro cruzamento de dados com os demais programas observou-se que do universo de 55 famílias beneficiárias do PETI/Criança-Cidadã, 36 recebem o benefício Bolsa Família estando inscritas em dois programas de transferência de renda. As informações do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar revelaram 10 famílias atendidas, enquanto o serviço Sócio Emergencial do município apresentou 17 inserções nesse universo. No programa Sentinela nenhuma inserção foi identificada.

Para verificar a múltipla inserção realizou-se um segundo cruzamento dos dados possibilitando chegar ao resultado de 16 famílias em múltipla inserção, ou seja, 16 famílias atendidas pelo PETI e mais outros dois ou três programas. Convertendo essa informação em percentual obteve-se o 29% de famílias em múltipla inserção.

Com base nessas retornou-se aos cadastros familiares do PETI com o objetivo de traçar o perfil destas 16 famílias. A primeira informação, constatada na análise dos cadastros, apresenta as mulheres como principais responsáveis pelo sustento da casa o que também está aliado a monoparentalidade, ao todo são nove mulheres com idade entre 35 e 48 anos a frente

de seus lares. Em quatro famílias o responsável era o pai, dentre estes se encontrava um viúvo. Duas famílias apresentavam o casal como responsável, em uma das fichas não foi possível identificar o responsável por estar incompleta. Em média, cada domicílio abriga seis pessoas e dentre estas encontram-se 40 adolescentes e 22 crianças¹⁷.

Quanto aos recursos financeiros, a renda per capita média do grupo é de R\$ 41,45, isso sem considerar o valor dos benefícios recebidos através dos programas de transferência de renda. Com relação ao trabalho destes responsáveis, três declaram trabalhar como papeleiros, três em serviços gerais, três faxineiras, dois em oficina mecânica, uma artesã, uma encontra-se em perícia médica, uma recebe benefício do filho portador de deficiência e em dois casos a atividade não é informada. Não se pode esquecer que estas famílias possuíam experiência de trabalho infantil em suas trajetórias, sendo a inserção de seus filhos no PETI aliada a outros programas, o que determinou sua inclusão na pesquisa.

Dando prosseguimento à apresentação e análise dos resultados apresentam-se as informações provenientes do debate ocorrido no grupo focal. Ressalta-se que as categorias de análise foram levantadas depois da coleta dos dados respeitando o movimento do grupo em relação às questões colocadas.

Antes de iniciar a explanação é necessário localizar as mulheres/mães enquanto figura de referência nestas famílias, não só quando se identifica a monoparentalidade. Segundo os sujeitos de pesquisa a mulher é a responsável pela organização da casa e por representar a família frente as políticas sociais.

Para começar o debate no grupo focal indagou-se sobre a participação das famílias nos diferentes programas sociais. Foram apresentados cartões com os nomes dos diversos

¹⁷ A definição de criança e adolescente aqui adotada está de acordo com o estatuto da Criança e do Adolescente. Considera-se criança a pessoa com idade entre 0 a 12 anos e adolescente aquelas com 12 a 18 anos.

programas e das políticas sociais de educação e saúde, perguntando se alguém já havia participado deles. Rapidamente as pesquisadas identificaram as políticas em que estavam inseridas, e em alguns casos recordavam os programas dos quais participaram há algum tempo.

Depois deste primeiro momento em grupo, buscou-se aprofundar os pontos chave do debate: relação entre família, política de assistência social e o serviço social. As categorias de análise emergiram do material produzido neste debate.

Através das categorias de análise, demonstram-se as vivências apresentadas pelas famílias em sua relação com as políticas básicas de educação e saúde e com os programas da política de assistência social nos quais estão inseridas, sem perder de vista a importância das redes de solidariedade. Adiante contempla-se a relação estabelecida entre os sujeitos de pesquisa e o serviço social, e a dimensão da relação público e privado em suas vidas.

a) As famílias e a política básica de educação e saúde

A temática de educação teve destaque neste grupo. As mães pesquisadas trouxeram a preocupação em manter seus filhos na escola, contudo expressam as dificuldades nesta relação:

M4- “[...] Lá na escola elas não fazem nada... se a criança não quer escrever mandam prá casa! Quer dizer, a minha parte eu faço, eu mando prá escola... lá elas estão prá ensinar. Se a criança não quer escrever elas mandam prá casa... o que é que eu vou fazer?”

M8- “Agora antes de ir pro serviço eu passo às oito da manhã lá na escola e vou ver se eles estão na sala. Um dia eu fui e tinha doze crianças fora, eu pergunto: o que elas tão fazendo fora da aula? Ai elas (professora) respondem: ah mãe... eles chegaram uns três minutos atrasados. – Onde já se viu! Por três ou cinco minutos ficar fora da aula. Será que elas não podem mandar pelo

menos um bilhete dizendo: seu filho está chegando atrasado... tome providência. – a orientadora pode fazer isso.”

M3- “Por exemplo... um dia eu fui lá (escola) e tava passando uns filmes. Então eu liguei prá educação (Secretaria Estadual de Educação) prá saber se era certo passar Pânico 1 e 2 e aquele do Boneco assassino... a mulher não me respondeu. Eu acho um absurdo passar isso na escola.”

M7- “O meu filho se apresentou no quartel e levou o comprovante, mas a professora reprovou ele do mesmo jeito.”

Estas dificuldades demonstram a forma excludente em que se coloca a política de educação. Em suas experiências as mães revelam questões problemáticas no atendimento dos pais dos estudantes e em relação ao método de ensino. Para elas esses reflexos são negativos na vida de seus filhos:

M8- “A minha Filha queria fazer medicina... era o sonho dela! Depois que passou por essa professora de matemática ela não quer mais fazer medicina... depois que reprovou não quer mais nada. Até a minha patroa tava incentivando e ajudando, mas quando ela foi no colégio a professora não quis conversar.”

M6- “O outro colégio, o dos meus, cobra o uniforme e se a criança não tem eles mandam embora.... revistam até a mochila. Tem uns que entram de camisa escura porque é muita gente e o guarda não vê.”

M2- “Cada um só tem uma camiseta de uniforme, se uma tá suja ou molhada não tem como ir... eles mandaram a minha pequena prá casa sozinha. Fui lá e perguntei porque não deixaram entrar e disseram que era por causa da camiseta. Eu disse assim: como vocês mandam criança de oito anos prá casa sozinha? – Fui direto na diretoria e disseram que a partir de junho não iam mais cobrar uniforme. Então eu perguntei se até lá iam continuar mandando criança de oito anos sozinhas prá casa.

A legislação escolar versa sobre os princípios e finalidades da educação nacional. Em seu conteúdo enfatiza a igualdade de condições para o acesso e permanência escolar, respeito a liberdade e apreço a tolerância, gratuidade do ensino e garantia do padrão de qualidade. Sua finalidade é “o pleno desenvolvimento humano do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (LDB - Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de

1996, art. 2º). Ao comparar-se a legislação que garante a educação como direito com as experiências relatadas pelas famílias é possível observar a clivagem entre o objetivo da política de educação e a forma como ela chega ao usuário. Além da precária qualidade do ensino, o material escolar e o uniforme não são garantidos, gerando ônus para as famílias. Esta análise se estende ao serviço público de saúde estabelecido como direito cujo acesso caracteriza-se pela universalidade, estabelecendo como dever do Estado o provimento das condições “indispensáveis para seu pleno exercício” (SUS - Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990). Adiante observa-se a avaliação das mães usuárias do Sistema Único de Saúde.

No questionamento sobre sua relação com os serviços públicos de saúde as mães responderam coletivamente “ainda bem que a gente não fica muito doente”. Seguindo-se relatos sobre o atendimento em postos de saúde e hospitais, a principal falha percebida pelas mães é a demora no atendimento:

M6- “Tem que chegar lá às quatro da manhã prá conseguir uma ficha de dentista.”

M5- “A gente fica meio dia lá prá conseguir um tratamento e vai prá uma lista de espera... eu to nessa lista prá ser atendida na UFSC já faz dois anos, preciso operar o rosto... e nada.”

M2- “Quando acontece alguma coisa é melhor ir direto pro infantil, porque o postinho aqui eu não confio... Todo remédio tem que passar pelo médico, se a pessoa tá com crise e precisa de um ‘berotec’, tem que passar pelo médico. Então tem que esperar na emergência até atender todo mundo, só prá pegar uma receita... E o médico aqui não atende todo dia. É marcado às quartas-feiras prá ser atendido um outro dia. Então quer dizer que se eu ficar doente na quinta, vou Ter que pegar ficha na outra quarta... até lá eu fico boa!”

M5- “Às vezes, na emergência, tem gente prá pegar atestado ou só prá mostrar exame... quem está passando mal tem que esperar para ser atendido.”

Para os sujeitos da pesquisa o serviço público de saúde, da forma como se apresenta à população usuária, não atende suas necessidades. Apenas uma das mães lembrou da prioridade

no atendimento a “crianças pequenas”. Afora essa situação ficou manifesto o descontentamento com um serviço com do qual elas esperam demora no atendimento e outras dificuldade como a falta de medicamentos.

b) A influência dos programas sociais no âmbito da família:

No início do debate optou-se pela temática das exigências dos programas sociais em relação às famílias. Em suas respostas a mães elencaram:

M1 - “estar na escola, participar do projeto...”

M2- “... a criança não pode andar na rua, nem pedindo, nem mendigando e trabalhando, tem que frequentar a escola [...] Ah... aquele ali... o SOS Criança, é prá não maltratar, não bater neles.”

Percebe-se nas falas das participantes a clareza da contrapartida exigida pelos programas sociais nos quais estão inseridas. Contudo, essa clareza não significa que as pesquisadas consigam cumprir facilmente as funções a elas atribuídas em relação aos cuidados com seus filhos, pelo contrário, as dificuldades encontradas são os primeiros aspectos revelados:

M4- “eles (filhos) querem as coisas e não tem dinheiro, querem o dinheiro e dizem: o PETI é nosso... A minha de 15 anos vai fazer aniversário e tá esperando o dinheiro do PETI porque ela quer um bolo... e o PETI já tá atrasado faz cinco meses!”

Assim como na categoria anterior, as experiências das pesquisadas em relação aos programas sociais evidenciam problemas graves de gestão e operacionalização. O atraso do recurso da bolsa afeta diretamente a família, pois como a política de geração de trabalho e

renda não atinge a população, os usuários tornam-se dependentes das transferências monetárias.

Outro aspecto muito debatido refere-se as mudanças colocadas a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente em relação à violência infanto-juvenil. Ao expor sua maneira de educar os filhos, as mães lembram a existência dos programas de proteção:

M2- “Antigamente os pais apanhavam, apanhavam de relho, mas aí cresceram e ficaram gente de bem. Hoje eu não dou trabalho prá ninguém, nunca dei trabalho prá minha mãe. Se eu começo a tratar minhas filhas só passando a mão na cabeça, se tudo que ela fizer errado eu passar a mão na cabeça: ‘tu tá certa, não vou bater em ti porque tu é de menor’. Aí ela vai fazer a mesma coisa, vai ficar toda vida pensando que aquilo ali que fez errado é certo. Eu não sei, eu criei minhas filhas como eu fui criada, comigo é na regra, claro que eu não vou bater de mangueira porque eu nunca apanhei assim.”

M7- “Antes ela pelo menos surrava. Tá tem que ter limite, não pode espancar, mas não tinha nenhum na FEBEM. Tá incomodando os outros. Agora, vai dar uns tapas num... vem o SOS criança e eles cobram.”

M5- “Agora tudo é o SOS, tudo que é atrito”

E justificam:

M7- “[...] Como é que a mãe não vai bater no filho? As vezes chega em casa, tem três ou quatro filhos esperando, com fome, não tem nada prá dar... ela fica nervosa e acaba batendo.”

Aqui aparece claramente a dificuldade encontrada em educar sem a utilização da violência. Como as referências construídas em relação a educação são eminentemente punitivas, a construção de uma nova forma de ensinar e impor limites torna-se difícil, as justificativas apresentadas vão do aprendizado individual às condições de vida. Seguir as orientações dos profissionais da área da proteção no sentido da superação do padrão de violência é algo complexo para estas mães. De um lado tem-se a criança e o adolescente cientes de seus direitos e de outro mães e pais que tradicionalmente acreditam na punição

física como recurso educativo, assim, em uma situação de conflito os jovens defendem-se apoiados pela política de proteção, enquanto os adultos se vêem desprovidos de estratégias e argumentos para contornar o confronto.

No entanto, em meio as dificuldades apresentadas, uma das mães fala da contribuição do Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar:

M5- “Olha, prá mim mudou muita coisa. Eles (filhos) eram rebeldes, não me obedeciam... a psicóloga me ajudou muito... porque eu tenho depressão. Já a assistente social dava orientação [...]”

Outra lembra o Programa do Adolescente vinculado à Secretaria Estadual de Saúde:

M3- [...] Fui direto no programa do adolescente, no INSS, para dar orientação pro meu filho... primeiro foram os mais velhos, mas agora to pensando em levar os mais moços porque estão mais rebeldes, tão querendo ficar saidinhos. E lá a gente tinha orientação e eles também conversavam com outro adolescentes, em grupo e também contavam as coisas para a psicóloga... era muito bom. Vou procurar de novo. Os meus mais velhos são uma beleza, eles não fumam, não bebem, não vão a baile, não tenho o que reclamar deles... trabalham e estudam. O meu mais velho tem vinte anos, me dá satisfação até quando vai no supermercado. Já o mais novo tem que correr atrás para pedir onde ele vai... tem que ser assim. Enquanto o mais velho dá satisfação o outro não diz aonde vai!
Eu notei diferença nesses que tiveram mais orientação, que conversaram com o psicólogo a com a assistente social. Eles tem uma formação mais firme... tem mais educação, pede licença, agradece e se comunicam bastante, se expressam bem.”

Em outras falas também foi possível identificar o reconhecimento de que os programas sociais são importante fonte de apoio na educação dos filhos. Na dinâmica do debate eram apontadas falhas e virtudes destas propostas de atendimento, sendo consensual para todas que a dificuldade em impor limites aos filhos está ligada à própria política de proteção. Em contrapartida identificam os programas citados também como apoio necessário para a educação de das crianças e adolescentes.

c) As famílias vislumbrando possibilidades

A preocupação com a formação moral e profissional das crianças e adolescentes também é parte do cotidiano destas mulheres, por esse motivo analisam os programas existentes e constroem possíveis soluções. Exemplificam o que seria um atendimento de qualidade para seus filhos através do programa federal Agente Jovem, o que se estende para as organizações da sociedade civil:

M2- “O agente jovem por exemplo, eles ficam dois anos ali, mas depois saem sem rumo. A minha filha de dezoito anos saiu do agente jovem e parou. Para arrumar o primeiro emprego deu trabalho. Agora que elas fez computação na Casa da Cidadania vai sair dali encaminhada.”

M5- “Deveria ter um programa que já ensinasse e encaminhasse para um emprego. Porque é mais fácil, assim arruma trabalho pra eles. Tem que ensinar eles a se comportar em uma entrevista no trabalho... como enfrentar a pessoa entrevistando.”

M7- “Deixa dar um exemplo: os meus dois mais velhos fizeram um curso de computação lá na PROMENOR, estavam trabalhando na Caixa Econômica e no Banco do Brasil, mas não teve preparação para outro, ele mesmo que juntou dinheiro e fez um outro curso. Agora esta trabalhando na Brasil Telecom. Mas ele mesmo que procurou, porque se fosse ficar só naquele projeto ele não tinha sido encaminhado para outra coisa. Os programas tem que dar direção.”

Evidencia-se a importância da preparação para o trabalho ao mencionarem a necessidade de aprimoramento dos conteúdos trabalhados nos programas. É possível verificar a relação que estabelecem entre qualificação para o trabalho e a ameaça eminente do desemprego em suas vidas. A falta de trabalho formal alimenta estratégias de sobrevivência como subemprego ou atividades ilícitas ocasionando inseguranças relativas ao futuro de seus filhos.

É interessante observar no debate as possíveis soluções propostas pelas mães. Ao questionar sobre como seria um programa adequado à suas necessidades apresentam sugestões elaboradas, prevendo periodicidade e um atendimento familiar conjunto:

M5- “Até mesmo prá explicar prá eles que tem o apoio da justiça que o pai não pode bater, mas que eles tem o dever de obedecer pai e mãe e ajudar em casa, porque todos trabalham!”

M2- “... é assim eles iam saber como funciona, não ia ter aquela cobrança”

M5- “[...] Pelo menos de dois em dois meses teriam que chamar junto a criança, não interessa a idade, prá ter uma orientação.”

M4- “Era bom que orientassem prá ajudar a gente em casa, porque todo mundo da casa se vira, divide tarefas de casa e aí eles iam entender melhor as coisas...”

Essas falas devem ser analisadas tendo em mente a múltipla inserção destas famílias, ou melhor, essas mulheres chefes de família vivenciaram diferentes intervenções. Suas opiniões, seus pontos de vista decorrem da apropriação realizada através de experiências concretas enquanto alvo dos programas sociais. Isso leva a observar as propostas apresentadas como apontamentos reveladores das falhas dos programas. Nesse sentido, as solicitações de atendimentos conjuntos com os membros da família desvelam a desarticulação dos programas e o formato focalizado do atendimento representa a negação da família como um todo.

Além deste fato, os programas existentes não dão conta da gama de situações de vulnerabilidade existentes nas camadas mais pauperizadas da população. Algumas destas mães fazem parte da Pastoral da Criança, são voluntárias, realizam visitas periódicas na comunidade e constataam a existência de “famílias que não tem assistência de nenhum programa” (M7), ou ainda famílias inseridas nas políticas de proteção mas com situações não atendidas, como pais impossibilitados de trabalhar ou idosos em condições precárias de saúde.

d) Traços do familismo

Apresenta-se aqui um problema: quando o Estado não atende as necessidades básicas de sua população, a quem recorrer? A resposta surge do próprio grupo:

M2- “[...] Ela mostrou que tava tentando vender um negocinho de fazer bolinha de sabão prá comprar comida. Ah, não agüentei e peguei um pouco das coisas da cesta básica (arroz, feijão, farinha e sal), fiz uma sacola e daí prá ela. Ela começou a chorar e eu falei: quando a senhora tiver com fome não pede limão... pede pão... sempre alguém vais Ter um pão prá dar. – Então ela viu que eu tinha uma pequena e me deu um brinquedinho daqueles prá eu dar prá minha filha.”

M3- “Uma velhinha de uns sessenta anos me pediu água com sal... quando fui perguntar ela disse que fazia 2 dias que não comia direito., que tinha uma cesta na prefeitura mas só ia pegar daqui cinco dias. Aí fui lá na pastoral e tive que brigar com o padre prá ver se conseguia liberar uma cesta (lá sou eu que cuido das cestas), pedi autorização.

Surge então a rede de solidariedade enquanto provedora caridosa do bem estar da população. Essa rede representa um auxílio para momentos difíceis como falta de comida, alguém para cuidar dos filhos enquanto a mãe sai para trabalhar, divisão provisória da moradia com o parente ou conhecido que perdeu sua casa entre tantas outras situações de fragilidade.

Confirma-se nessa falas a análise realizada por Campos e Miotto (2003) sobre o lugar da família na política social brasileira. Diante da postura reducionista do Estado resta as famílias a articulação da “rede” privada para o suprimento de suas necessidades, as autoras entendem que isto ocorre devido a concepção de família enquanto unidade econômica e social natural. Dessa forma, o Estado intervém em situações nas quais as famílias falharam no cumprimento das responsabilidades a elas atribuídas, até o momento em que a situação de fragilidade cesse.

Entretanto, os sujeitos da pesquisa em sua relação com os programas vinculados a assistência social, vivenciam a incerteza do acesso aos direitos vinculados a necessidades mais

elementares de sobrevivência. Isso significa que a intervenção estatal além de temporária não alcança todas as situações de vulnerabilidade. Nesse sentido, Ribeiro (2003) esclarece ser característico dos programas sociais focalizados, a incapacidade de atender a diversidade de situações, e, como conta com recursos parcos, acabam gerando sua própria demanda.

Diretamente inseridos na execução destes programas encontra-se o assistente social como profissional em relação direta com os usuários. As experiências debatidas com as famílias sobre essa interação são analisadas mediante a construção da categoria a seguir.

e) A família reconhecendo a prática interventiva do Serviço Social

Esta categoria reúne as falas das famílias que avaliam positivamente sua relação com o serviço social tendo em vista serem alvo das políticas sociais, e conseqüentemente, das intervenções profissionais. Esta temática tem importância no sentido de desvelar as implicações da intervenção de diferentes assistentes sociais para as famílias.

Como meio de estimular o debate, lançou-se a pergunta: “Vocês já foram atendidas por mais de um assistente social?”, todas as participantes responderam afirmativamente destacando que costumam procurar com maior frequência o serviço social do projeto¹⁸ pela proximidade com seus filhos e com a própria comunidade. Quanto aos profissionais que atuam nos programas sociais, as pesquisadas mencionam não buscar as orientações da assistente social por conta própria, a não ser em momentos emergenciais a exemplo da solicitação de

¹⁸ As pesquisadas definem como “projeto” as atividades realizadas no período extra escolar, de origem governamental ou da sociedade civil localizadas na comunidade.

cesta básica ou vale transporte. Segundo elas, a frequência aos atendimentos agendados é suficiente.

No decorrer da discussão, as participantes do grupo utilizaram as situações por elas vivenciadas para expressar suas opiniões e, a forma como percebem a intervenção do serviço social. Assim, surgiram avaliações e sugestões em relação aos atendimentos compreendendo as orientações de modo geral, a ação sócio-educativa, as visitas domiciliares a mediação entre instituição e usuário.

A respeito das orientações, as pesquisadas explanam sobre a forma como os atendimentos influenciaram suas vidas:

M2- “A minha vida mudou! O meu ex-marido se envolveu com droga, e não queria dar pensão, ele dizia: porque elas tão nesse tal de PETI, não precisa pensão. Aí eu falei com a assistente social, ela mandou chamar ele e disse: elas recebem isso aqui, mas não tem nada a ver com pensão. O pai é ele, não o PETI! Depois que ela falou ele é outra pessoa, mesmo separado ele levantou a minha casa sozinho... e paga a pensão. Hoje eu agradeço o PETI e a assistente social que me atendeu! [...], fui na Vara da Criança (Vara da Família) e falei com a assistente social, ela conversou comigo. Ele achava que o PETI tinha que dar comida e dinheiro prá gurias, jogou tudo pro PETI... mas depois disso aí ele mudou, a assistente social virou a cabeça dela.”

M1- “O meu filho que tá na L A (Liberdade Assistida) só queria brincar de pipa, não queria ir prá aula... aí a assistente social do Apoio (Programa de Orientação e Apoio Sócio Familiar) vinha aqui e ficava conversando com ele, ela continuou um tempo trabalhando com ele.”

Nos dois casos, a orientação foi crucial para os usuários no sentido do acesso aos direitos de pensão alimentícia e à educação sendo que a atuação profissional refletiu em mudanças favoráveis para ambas famílias. A garantia no pagamento de pensão, além de melhoras na condição financeira significou para esta chefe de família a divisão de responsabilidades no cuidado com os filhos.

Revela-se a importância de um espaço de orientação e aprendizado para todos os membros da família. Na visão das usuárias, a presença do profissional de serviço social é fundamental nesse processo:

M3- “Pois é... vocês não acham que nesse programas era bom ter um programa pra assistir as crianças com as mãe junto, de vez em quando ter uma assistente social que senta pra conversar junto[...] até de repente alguém do Conselho Tutelar junto, para explicar que os pais não podem bater, espancar, mas que o comportamento dos filhos não pode ser de qualquer jeito”

M2- “Eu sei que é bom a assistente social. Lá no projeto da minha filha tem e ela ajuda muito... se percebe alguma coisa diferente nas meninas ela conversa com elas.”

Nesse sentido, ao manifestar a necessidade do assistente social como elemento importante para a educação e orientação da família, percebe-se o reconhecimento do caráter pedagógico da profissão. De acordo com Lima (2004), as ações sócio-educativas estimulam a consciência reflexiva do usuário, oportunizando maior compreensão da sociedade da qual faz parte, dos direitos que possui e da possibilidade de ampliação destes direitos. A autora acrescenta como finalidade destas ações a contribuição para a superação das condições geradoras de problemas sociais no campo dos processos políticos organizativos¹⁹.

Esse tópico encaminhou a discussão para uma análise do serviço social como mediador das relações entre usuário e instituição. Nessa perspectiva brotaram sugestões ressaltando a presença do profissional no espaço da escola:

M2- “No colégio é melhor... é fundamental. Por que lá ia conhecer o comportamento do aluno e da professora.”

M4- “Eu acho que na escola também né. Elas lá na escola manda chamar a gente, a gente vai lá e escuta tudo. Chega em casa bate e conversa, mas não

¹⁹ Lima (2004) partindo da proposta de análise de Mioto, estabelece três eixos norteadores para os processos interventivos do Serviço Social: a) processos político-organizativos; b) processos de planejamento e gestão e c) processos socio-assistenciais.

resolve. Eu acho que tem que ter alguém que soubesse trabalhar isso melhor, trabalhar mais esse lado com as crianças.

Eu acho que lá na escola tinha que ter uma assistente social. [...]"

M5- "E tem que ser uma pessoa que eles possam ter confiança... na professora eles não tem... meu filho diz que a professora não gosta dele, ele tem medo."

M9- "É que lá tem bastante criança, lá podia conversar mais com as crianças... seria importante para a educação."

Demonstra-se aqui a clareza de compreensão frente a capacidade do serviço social na mediação das relações entre o espaço institucional da escola, o aluno como usuário da política de educação e a família como responsável pelo aluno. Essas mulheres já relataram a forma excludente como a escola se coloca para a população, agora propõem uma possível sugestão para que este problema seja contornado e o assistente social aparece como peça chave nessa relação. Suas opiniões sobre a prática profissional vem demonstrar a contribuição significativa do serviço social na emancipação dos usuários a quem direciona seu trabalho.

Quanto ao instrumental do serviço social, a visita domiciliar, as posições dividiram-se no debate. Algumas demonstraram ser favoráveis, enquanto outras transpareceram sentir-se desconfortáveis em relação à visita. Como meio de instigar o debate questionou-se qual intervenção seria mais adequada: a visita domiciliar ou a presença do assistente social na escola. Em suas respostas ressaltaram novamente a importância do profissional no espaço institucional da escola, mas reconheceram a visita domiciliar como necessária:

M7- "Às vezes isso incomoda um pouco, mas o trabalho é assim."

M6- "Só é bom quando não repara, né?"

M3- "Mas na Pastoral a gente aprende que tem que observar como é o comportamento."

M8- "Prá mim é bom."

Algumas mães responderam segundo sua experiência como voluntárias da Pastoral da Criança, onde realizam visitas nas famílias da comunidade. Em seus exemplos, admitiram: “precisaria da assistente social” ou “precisa de muita orientação que a gente não sabe dar”. Isso demonstra a legitimidade da profissão frente as demandas decorrentes da questão social. No grupo como um todo, a visita domiciliar além de ser reconhecida como espaço de atuação do serviço social, foi considerada favorável sob a condição de não ocorrer de forma invasiva. Assim, definiram o atendimento adequado:

M7 - O trabalho tem que ser devagar... ir educando a pessoa.

M3 –“A gente sabe que não dá prá chegar na casa da pessoa e mandar ela lavar a louça, limpar o pátio... prá seguir uma orientação primeiro ela precisa de confiança [...]”

Os dados trouxeram informações importantes sobre a visão da família em relação ao profissional: os sujeitos da pesquisa distinguem claramente as posturas profissionais adequadas e inadequadas no atendimento. Suas reflexões mostraram-se permeadas pelo *reconhecimento do serviço social enquanto apoio nas situações de maior fragilidade da família*, pois ouve e entende o que a família esta passando e sabe orientar. De acordo com Lima (2004), dentro dos processos socioassistenciais, entendidos como momento de intervenção direta com o usuário, identifica-se as ações sócio-educativas e sócio-terapêuticas nas quais objetiva-se “contribuir para que, junto com os usuários, se consiga responder as demandas colocadas na perspectiva da cidadania e dos direitos”.

Nessa perspectiva, a maneira como o profissional se coloca em sua relação com o usuário pertence a seu espaço de autonomia. Esta autonomia pode ser explicada segundo a análise realizada por Merhy *at all* (1997, p. 91) nos serviços de saúde a partir da questão do “autogoverno” entendida como aquilo que permite imprimir direcionalidade ao governar os

processos de trabalho presentes nos atos produzidos no interior dos serviços. Nesse contexto, acrescenta-se o conteúdo presente no Código de Ética Profissional, principalmente no que expressa em seu quinto princípio fundamental:

“Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. (CEFESS 1993)”

Cabe aqui trazer as reflexões de Paiva (2003, p. 25), que trata do compromisso profissional do Assistente Social na condição de agente de poder na esfera institucional e impulsionador de mudanças no plano das relações sociais, ressaltando seu dever de mobilizar-se na direção da justiça e da equidade social. Apesar da interferência direta das condições institucionais na atuação profissional, dentro do espaço da autonomia as relações devem ser construídas com vistas a efetivar o projeto ético político da profissão.

f) A intervenção não satisfatória do assistente social

Em meio ao debate surgiram lembranças de dois casos, um a respeito de uma profissional de um programa do município e outro relacionado a assistente social vinculada a política de proteção, nos quais as pesquisadas avaliam os procedimentos e posturas profissionais inadequados. Na primeira situação quatro pesquisadas verbalizaram terem sido tratadas de forma discriminatória pela assistente social de um serviço da prefeitura:

M9- “Aquele mesmo, ela não tem pena de ninguém! Ela não escuta... quando tem idosos prá falar com ela, ela é muito ignorante, muito grosseira. Ela tem que sair dali, [...] Ela não se comporta como assistente social, porque teria que ouvir as pessoas.”

Relatam ainda o atendimento de uma moradora da comunidade com possível depressão pós-parto, que resultou em um mandato de retirada da criança do lar:

M7- “Eu tenho um exemplo de atendimento de uma vizinha, tinha uma assistente social que acompanhava. Ela foi prá maternidade e teve neném e fugiu de lá (maternidade). Aí a assistente social que tava acompanhando ela levou uma agente de saúde na visita. Então enquanto a assistente social fazia as perguntas a agente de saúde cuidava da criança. No outro dia de manhã cedo, tava um monte de policial na casa dela e levaram a criança, dizendo que ela não tinha condições de criar ela. “

Para elas essa ação foi traumática devido ao aparato utilizado pela polícia militar para realizar a operação. Algumas admitiram o sentimento de receio diante da ação do assistente social porque pode levar “a criança da gente”.

Aqui se apresenta mais um traço de familismo das políticas sociais brasileiras, desta vez, interferindo diretamente na atuação profissional do serviço social. Diante das exposições é possível acreditar na atuação profissional pautada em uma leitura da realidade dos usuários na lógica definida por Miotto (2003, p. 184) como “categorização das famílias como capazes e incapazes”. Essa intervenção não pode ser considerada dentro do projeto ético político da profissão e é interessante analisar como as famílias percebem isto e observam os reflexos negativos de atendimentos como estes na vida dos usuários.

g) A publicização do espaço privado da família

As questões sugeridas para o debate em grupo levantaram a questão da interferência das políticas de proteção no âmbito privado da família. As pesquisadas argumentaram fortemente sobre o impacto do sistema de proteção na forma de educar as crianças:

M4- “Eu acho que prá crianças tem que ficar claro que a gente não bate prá espancar.... mas na hora que precisa tem que bater! Porque prá eles a gente não tem mais autoridade. Meu filho foi suspenso da escola... eles (escola) suspendem por tudo, se chega atrasado, se fica no banheiro... suspendem por

qualquer coisa. Suspendem e mandam me chamar. Esses dias foram duas vezes seguidas, eu fiquei indignada, minha vontade foi de bater nele!”

No momento em que os programas de proteção interferem nesta dinâmica agindo de forma corretiva em relação a atitude dos pais, estes ficam “desarmados” em virtude da perda da autoridade perante os filhos passando a sentir-se vigiados pelo Estado:

M4- “Então, já tem o programa do PETI prá não andar sozinho na rua, tem o SOS Criança que fica nos pés dos pais...”

M5- “Agora tudo é o SOS, tudo que é atrito”

Perguntou-se: estes programas têm um lado bom?

M2-“O lado bom nesses projetos e no Conselho Tutelar é a proteção dos outros não bater nos filhos da gente. Isso a gente não aceita, uma colega minha disse que o homem da venda bateu no filho dela, vai tomar providência, ele não é nem parente... quer dizer, eu não aceito a vizinha dar um tapa na cara da minha filha. Tem que pedir ajuda.

Agora se é um dos pais bater... nós temos direito porque a gente é que cuida, acorda de madrugada prá socorrer, quem dá de comer, é nós que protegemos. Eu acredito que dentro de casa nós temos que educar, e se não for assim nós vamos apanhar deles... Vamos apanhar dos filhos.”

Esta fala foi aprovada pelas demais pesquisadas, os argumentos voltam-se para a preservação do espaço íntimo da instituição familiar. Para Souza (2001, p. 148) “A permeabilidade das fronteiras que resguardam a privacidade das famílias é proporcional à sua vulnerabilidade social”, ou seja, quanto mais grave é a situação de vulnerabilidade da família, maior é a presença do Estado neste espaço privado.

Elas se sentem sem autoridade diante dos filhos e não tem referência de formas de educação não punitivas. Para elas a publicização da violência intrafamiliar é impactante na organização familiar, consideram a falta de dinheiro, de educação, a violência, a falta de apoio problemáticas, mas a dificuldade em impor limites e educar seus filhos permeou o todo debate.

Percebeu-se em algumas falas certa sobrecarga destas mães no cumprimento da função de proteção de seus filhos. Essas mães confirmaram ser as responsáveis pela administração do espaço doméstico, pela socialização das crianças, pelo provimento financeiro total ou parcial da família e são as pessoas de referência na representação familiar no espaço público. Em sua trajetória de atendimento pelas políticas sociais, fica clara a responsabilização da família nas questões de sustentabilidade e proteção de seus membros.

Ao Estado cabe intervir de forma temporária nas situações em que as famílias falharam em suas funções. Segundo Miotto (2000, p. 219) “a falência é entendida como resultado da incapacidade das próprias famílias”, por esse motivo as ações públicas destinam-se a torná-las “aptas para que voltem a cumprir seu papel”.

Como as famílias em situação de vulnerabilidade estão mais suscetíveis a intervenção estatal, isso pode gerar:

um intervencionismo incessante, um eterno recomeçar a cada mudança de programa, uma revitização da criança, no caso de violência familiar, sem que os problemas terminem (SOUZA, 2001, p. 148).

Quando a situação de vulnerabilidade que motivou a intervenção apresenta sinais de superação, o Estado retira-se da cena e a família permanece só no cumprimento das funções a ela atribuídas e sem um suporte efetivo das políticas sociais. Souza (2001) denomina esse movimento como “porta giratória”. Assim, a publicização das situações sintomáticas²⁰ vivenciadas pelas famílias não vem a significar uma possibilidade de superação do problema

²⁰ Engloba situações em que as famílias, não conseguindo encontrar soluções ou respostas adequadas para os desafios cotidianos, expressam sinais de sofrimento, manifestados através de seus membros por relações destrutivas no interior da família ou na relação destes com a sociedade (MIOTTO, 2000, p. 223).

que alimenta sua fragilidade, consiste apenas em mais uma intervenção, em mais uma das tantas situações que expressam a vulnerabilidade social da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão efetivada neste trabalho objetiva trazer alguns aspectos pertinentes a múltipla inserção das famílias nas políticas sociais. De imediato, é necessário reconhecer a incapacidade de abordar em sua totalidade temática tão abrangente pois trata-se de uma inquietação ainda recente no campo teórico. Contudo, as reflexões produzidas pelos autores referenciados neste trabalho constituem subsídios essenciais para esta aproximação.

A contextualização da política social brasileira trouxe elementos importantes na elucidação das relações estabelecidas com seus usuários. Os avanços presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social de 1993, não lograram a concretização de um sistema de bem-estar pautado na garantia da proteção e na universalidade no acesso aos serviços públicos por parte da população do país. Desta forma, o sistema de proteção social é considerado periférico e caracteriza-se pela:

Ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira (PEREIRA, 2000, p. 126).

Ao refletir sobre a forma como se estabelece uma política com estas características percebe-se que a família brasileira está sujeita a situações nas quais seus direitos são constantemente violados, seja no campo da saúde, da educação, da assistência, habitação ou trabalho, revelando a contradição das políticas, que em seu teor legal visam a inclusão de forma universal e, no entanto, são seletivas e deficientes em sua operacionalização. De acordo com Carvalho (1994), esse modelo de atuação estatal configura-se como abandono da família. Os sujeitos da pesquisa confirmaram (empiricamente) esta situação de deficiência das

políticas setorizadas de educação e saúde ao demonstrar “não contar” com o atendimento eficaz dos serviços.

Trazendo a discussão mais especificamente para o âmbito da política de assistência social, observa-se que ela não atinge os objetivos propostos. Ao se operacionalizar no sentido de atender as situações consideradas prioritárias limita-se a focos de atuação forçando a inserção das famílias em propostas de atendimento variadas. Este trabalho trouxe evidências destas conseqüências da focalização levantando a múltipla inserção das famílias nas políticas sociais.

Um aspecto importante da múltipla inserção diz respeito a articulação da rede pública de atendimento. Estando em atendimento em quaisquer dos programas, as famílias podem ser encaminhadas para atender alguma situação que foge ao “foco” do programa no qual está inserida. Por exemplo, uma família atendida pela demanda da violência no programa Sentinela pode ser encaminhada ao PETI pela situação de trabalho infantil de algum de seus membros, e, se a bolsa atrasar é possível que venha a necessitar do atendimento sócio-emergencial para prover sua alimentação.

O fato de 29% das famílias do universo pesquisado estarem inseridas em três ou mais programas sociais caracteriza a múltipla inserção. Isso pode levar ao diagnóstico de que as ações governamentais não têm apresentado a resolutividade a que se propõem. Analisando os objetivos dos programas investigados percebem-se propostas de aumentar a renda familiar, garantir a educação e o desenvolvimento de crianças e adolescentes e fortalecer o espaço familiar no papel da proteção, tudo isso com fundo emancipatório e de estímulo à autonomia familiar na proteção e cuidado de seus membros.

Entretanto, se essas famílias forem desligadas dos programas de transferências monetárias, por exemplo, a situação de pobreza não só permanecerá como tenderá a se agravar

ainda mais. Nesse sentido a situação dos usuários é de dependência da política e não de superação de seu problema econômico pela via da geração de trabalho e renda. Corroborando com a opinião de Demo (2003), acredita-se que esta questão não será resolvida com a transferência de recursos ínfimos para a população. Trata-se da implantação de uma política séria pela erradicação da pobreza, o que também significa andar na contra mão da política econômica neoliberal adotada pela elite que governa o país.

Os sujeitos da pesquisa revelaram, através das sugestões de melhoria nos programas sociais a própria falha presente nas propostas de atendimento. Solicitar atenção integral a todos os membros da família significa dizer que, por melhores que sejam as intenções ao colocar a família na centralidade da política social, a ação concreta não vai além do foco ao qual se destina e, muitas vezes, a situação geradora da inserção no programa também não é superada.

Ao contextualizar este aspecto da realidade vivenciada pelas famílias de baixa renda, percebeu-se que as políticas sociais apesar de reconhecerem sua importância como unidade de cuidado, socialização e desenvolvimento do ser humano, não tem viabilizado a concretização da cidadania e da autonomia, princípios defendidos pela legislação brasileira e presentes na formulação destas políticas. Em sua materialização focalista e seletiva a política social acaba por criar uma lógica na qual não atende a todas as situações e nem chega a todos que dela necessitam.

A família permanece vista como provedora do cuidado e da proteção de seus membros, responsabilizada não só pela política, mas legalmente co-responsabilizada por dar conta de situações além de sua capacidade de superação. Na perspectiva do familismo, a atenção destinada as famílias é distribuída pelas políticas setoriais como de educação, saúde e assistência (MIOTO, 2003). O que as usuárias destas políticas ilustraram foi a deficiência do

sistema de proteção: a educação não educa, a saúde só atende a doença (quando atende) e a assistência social não garante o provimento das necessidades básicas.

Resta as famílias buscar a ajuda na rede de solidariedade voluntária (a exemplo da Pastoral da Criança mencionada pelas pesquisadas), tão festejada e estimulada nos últimos governos como parceira no enfrentamento de problemas de ordem estrutural. Outro recurso utilizado é a rede primária de apoio, a mais próxima da família, muitas vezes tão frágil quanto ela. Nessa perspectiva, o Estado em sua relação com a população ostenta o recurso do poder e da autoridade, papel também identificado pelas pesquisadas quando falam sobre o impacto da intervenção pública no espaço privado da família, principalmente no que se refere a educação de seus filhos (PEREIRA, 2004). Não se pretende aqui fazer uma apologia a violência intrafamiliar, mas esclarecer que essa intervenção temporária, coativa e geralmente com recursos insuficientes não resolve o problema, não oferece possibilidades para a quebra de um padrão de violência.

Os sujeitos da pesquisa apresentaram sinais de sobrecarga no cumprimento das exigências dos programas sociais, que são atribuições prevista na própria legislação. Entretanto, identificou-se que se esta sobrecarga se deve mais a insuficiência das políticas, do que as exigências do programas nos quais estão inseridas. É necessário garantir o direito a educação e ao lazer de seus filhos, mas a escola é excludente, as atividades de jornada ampliada não satisfazem as expectativas e os programas para adolescentes não preparam para a inserção no mercado de trabalho. A política social ao invés de apoiar a família acaba concretizando serviços que não satisfazem suas necessidades, parafraseando Sposati (2000), constituíram-se em políticas pobres para os pobres.

Em meio a um contexto de negação de direitos básicos às famílias brasileiras e ao sujeitos que fazem parte dela, surgem avaliações positivas. Apesar da múltipla inserção ser

sintomática de uma política que não considera os indivíduos e muito menos as famílias em sua totalidade, foi possível identificar considerável grau de conscientização das pesquisadas. Como fonte desta criticidade presente em suas falas propositivas surgem intervenções profissionais do serviço social. A vivência das múltiplas inserções oportunizou experiências diferenciadas em relação às políticas e às intervenções dos assistentes sociais.

Percebeu-se uma linha divisória entre os profissionais com posturas consideradas inadequadas, pois humilham, são invasivos ou negam atenção ao usuário e as posturas adequadas, de mediador, capaz de ouvir a família, oferecer apoio, orientar. As famílias não só identificaram intervenções positivas como afirmaram ser necessária a presença do assistente social em várias situações.

Dessa forma, o reconhecimento da profissão está diretamente relacionado ao compromisso com um projeto ético-político emancipatório, comprometido com a efetivação e conscientização dos sujeitos acerca de sua cidadania. Em uma avaliação das posturas dos profissionais que atuam junto as políticas sociais é categórica afirmação:

[...] nas políticas sociais trata-se de transformar o lugar do outro na sociedade. No entanto, como condição prévia a essa transformação, trata-se de mudar o lugar em que nos colocamos perante os demais. (SARTI, 2002, p. 35).

As falas revelaram a construção de uma consciência cidadã, que pode ser fruto do papel sócio-educativo do serviço social. Os sujeitos da pesquisa sentem-se parte da sociedade e tem consciência de que a política de assistência social, da forma como está posta, não tem contribuído para sua emancipação. A operacionalização focalista e seletiva afirma sim uma forma de reproduzir desigualdades e exclusão social.

O comprometimento ético com as classes trabalhadoras permite a visualização de possibilidades para construção coletiva de novas propostas políticas. Esses motivos justificam

sua presença não só no atendimento direto as demanda provenientes da questão social, mas o elegem como profissional necessário para formulação de políticas públicas inclusivas e concretizadoras de direitos humanos, sociais e políticos. Para tanto, torna-se imprescindível ao profissional o constante aprimoramento intelectual, conforme versam um dos princípios do Código de Ética, no sentido de capacitar sua intervenção nos processos de planejamento e gestão buscando propostas de enfrentamento às expressões da questão social mais condizentes com a realidade da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHOFF, Coleta Rinaldi. **Convivendo em família**: contribuição para a construção de uma teoria substantiva sobre o ambiente familiar. 2001. Tese (Doutorado Filosofia em Enfermagem). Programa de pós-graduação em enfermagem - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

BRASIL, **Constituição da república Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____, **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, novembro de 2004.

CAMPOS, Marta Silva. MIOTO, Regina Célia Tamasso. Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira. **Ser Social: política de assistência social**. Brasília: UNB n. 12, jan – jun, 2000, p. 165-190.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, S. M. (org). **Família Brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez 1994.

COLETÂNEA DE LEIS. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. São Luís: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 2ª - Região/ MA. Gestão Organização de Trabalho, 1999/2002, 2001.

COLETÂNEA DE LEIS. **Resolução CFESS n. 273/93 de 13 de março de 1993**. Código de ética do assistente social. São Luís: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 2ª - Região/ MA. Gestão Organização de Trabalho, 1999/2002, 2001.

COLETÂNEA DE LEIS. **Lei n. 8.742/93, de 07 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. São Luís: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 2ª - Região/ MA. Gestão Organização de Trabalho, 1999/2002, 2001.

COLETÂNEA DE LEIS. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. São Luís: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 2ª - Região/ MA. Gestão Organização de Trabalho, 1999/2002, 2001.

COLETÂNEA DE LEIS. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Sistema Único de Saúde – SUS. São Luís: Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 2ª - Região/ MA. Gestão Organização de Trabalho, 1999/2002, 2001.

DEMO, Pedro. “Focalização” de políticas sociais: debate perdido, mais perdido que a “agenda perdida”. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXIV, n. 76, p 93-117, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 8 ed São Paulo: Cortez, 2000.

FREITAS, Rita de Cássia Santos Freitas. Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade: algumas reflexões a partir do caso Acari. **Serviço Social e Sociedade**, ano XXIII, n. 71, p. 102-121. São Paulo: Cortez 2002.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e proteção social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXIII, n. 71, p. 102-121, 2002.

HÉRITIER, Françoise. “Família”. In: **Enciclopédia Einaundi, v.20** – Parentesco. Lisboa: Casa da Moeda, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. **Temporalys**. Brasília, n 3, ABEPSS, jan-jul de 2001, p 09-32.

_____. **O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1997. 216p.

LIMA, Telma C. S. de. **A intervenção profissional do serviço Social no contexto da cidadania e dos direitos: pensando as ações sócio-educativas**. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis: UFSC/CSE/DSS. 2004.

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MERHY, Emerson E. Em busca do tempo perdido: a micro-política do trabalho vivo em saúde. In: MERHY E. E. & ONOCKO, R. (org). **Praxis en Salud: Um desafio para lo público**. Buenos Aires: lugar ditorial, São Paulo: Hucitec. 1997.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Disponível em: [http://www.mds.gov.br](#). Acesso em: 10 abr. de 2005.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo n. 55: Cortez, 1997, p. 114-131.

_____. Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UNB, Centro de educação aberta, continuada a distância, 2000. P.217-224.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (org). **Família Brasileira a base de tudo**. 4 ed. São Paulo: Cortez 2000.

NETO, C. O.; MOREIRA, M. R.; SUCENA, L. F. M. grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação. **Ser social**. Brasília: UNB n. jul – out 2001, p. 159-185.

PAIVA, Beatriz Augusto. ; SALES, Mione Apolinário. A nova ética profissional: praxis e princípios. **Coletânea de textos: 10 anos do código de ética e da lei de regulamentação da profissão – Lei nº 866/93**. Florianópolis: CRESS 12º Região.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Necessidades sociais e mínimos sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A, MATOS, M. C., LEAL, M. L. (org). **Política social, família e juventude: uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2004, p 25-42.

RIBEIRO, Ximena Baraibar. Las paradojas de la focalizacion. In: **Ser social**. Brasília UNB n. 12, jan-jun, 2003, p. 259-290.

WAGNER, Flavia; Universidade Federal de Santa Catarina. **Apropriações: o saber infantil sobre o espaço urbano da favela por meio do teatro**. Florianópolis, 2004. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, Jose Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985. 287p.

RIZZINI, I.; CASTRO, M. R. de; SARTOR, C. D. **Pesquisando: guia de metodologias de pesquisa para Programas Sociais**. Série Banco de Dados 6. Rio de Janeiro: USU, 1999.

SANTOS, Rúbia dos. **Caracterização das famílias beneficiárias do programa de transferência de benefícios monetários: PETI São José**. Florianópolis: UFSC, 2003. Dissertação de mestrado em Serviço Social. Departamento de serviço Social – Universidade Federal de Santa Catarina.

SOUZA, Marli Palma. Famílias em situação de violência: mediando conflitos. **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2001. 152 p.

SPOSATI, Aldaíza. Desafios para fazer avançar a política de proteção social no Brasil. In: **Serviço social e sociedade n 6**. São Paulo: Cortez, 2001, p 54-82.

SARTI, Cíntia. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A R.; VITALE, M. A F. (org). **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo, IEE/PUCSP 320p 2003, p. 21-36.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Prefácio à edição brasileira. In: PAUGAN, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Educ/Cortez, 2003, p. 13-29.

VITALE, Maria Amália Faller. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (Org.). **A família contemporânea em debate**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997, p. 89-104.

APÊNDICE

Apêndice a

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu, Mônica Regina Gregianin, acadêmica do curso de Serviço Social da UFSC matriculada sob nº 03284204, venho por meio deste solicitar autorização para realização de pesquisa documental neste programa, com o objetivo identificar as famílias do PETI moradoras da comunidade Vila Aparecida que foram atendidas em 2004 por este Programa. Serão selecionadas as famílias inseridas em mais de três programas sociais para participarem de um grupo focal, no qual debateremos sobre as facilidades e dificuldades das famílias decorrentes desta múltipla inserção.

Esclareço que a pesquisa será utilizada para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social, com o tema: As múltiplas inserções das famílias do PETI - Vila Aparecida nas Políticas Sociais. Assim, comprometo-me em manter o sigilo das informações obtidas, bem como preservar a identidade dos participantes do grupo pesquisado.

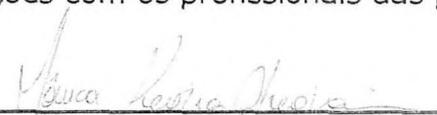
O trabalho será guiado pelos seguintes objetivos:

Geral:

-Analisar como as famílias do PETI - Vila Aparecida vivenciam suas múltiplas inserções nas Políticas Sociais e a intervenção do Serviço Social, com vistas subsidiar o debate acadêmico e a intervenção do Serviço Social.

Específicos:

- **Mapear em quais políticas sociais as famílias do PETI – Florianópolis, moradoras do bairro Vila Aparecida estão inseridas;**
- Apropriar-se das falas das famílias sobre as vivências desses múltiplas inserções incluindo as estratégias de organização utilizadas para atender as exigências das políticas sociais;
- Apropriar-se das falas das famílias sobre as intervenções do Serviço Social e as relações com os profissionais das políticas.



Mônica Regina Gregianin

Apêndice b

Questões para estimular o debate**a) Relação com os Programas Sociais:**

Quais são as principais exigências dos programas sociais? ()

Quais as facilidades e dificuldades encontradas em cumprir estas exigências? ()

Quem é a pessoa responsável no compromisso com os programas? Sempre foi assim? ()

Quais são as principais necessidades de suas famílias? ()

O que os programas oferecem para facilitar/difícultar o atendimento de suas necessidades? ()

Os programas tem atendido suas necessidades? (ou: tem contribuído no atendimento de suas necessidades?) ()

b) Relação com o Serviço Social:

É atendido por uma (ou mais) assistente(s) social(is)? Com que frequência? ()

Vocês costumam procurar o assistente social? Quando? ()

Em que situações de sua vida em que a(o) profissional realiza as orientações e os encaminhamentos? ()

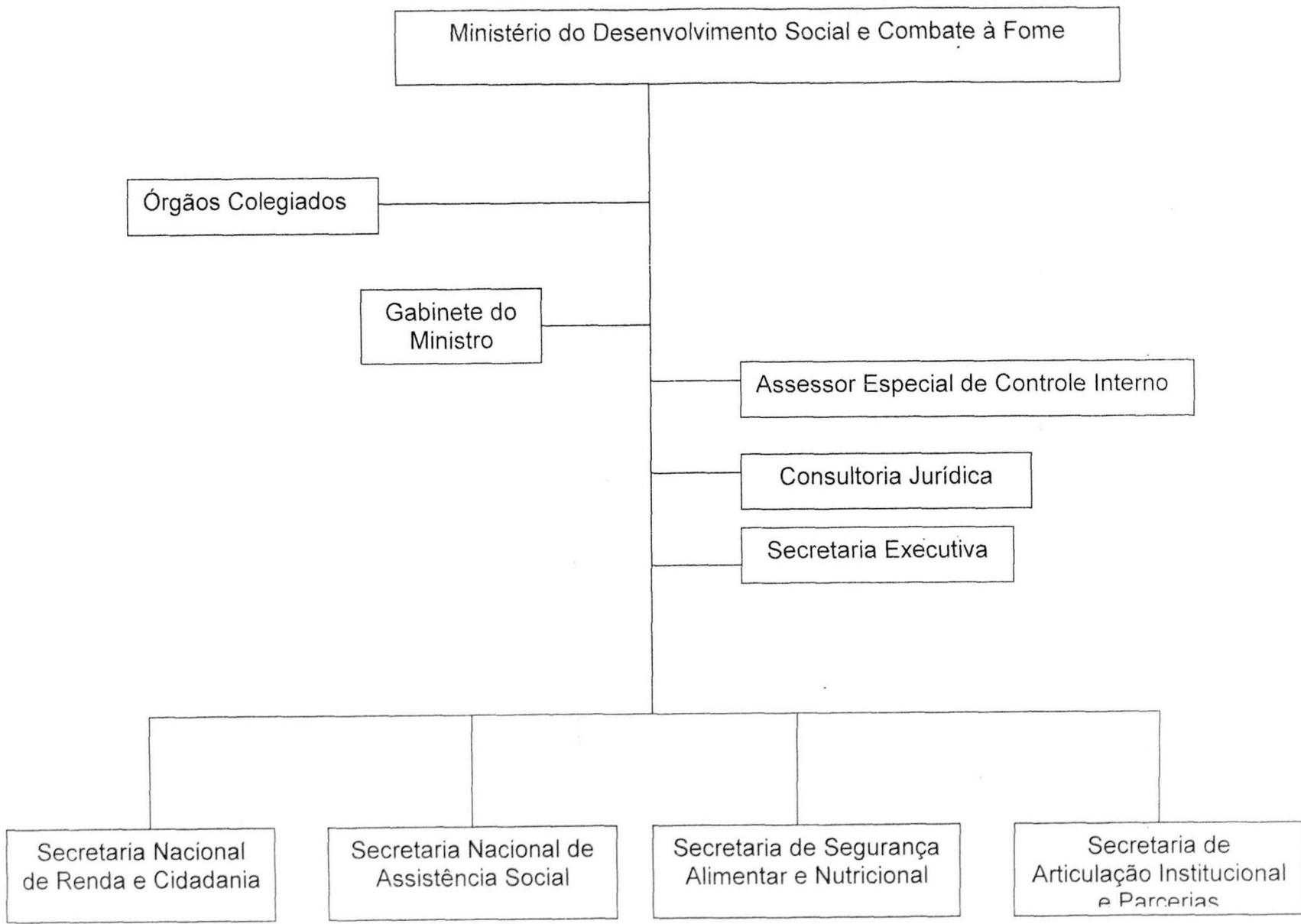
Como sua família faz para cumprir as orientações dos assistentes sociais dos programas?

Mudou alguma coisa na rotina de sua família? O que? ()

Que tipo de atendimento consideram adequado? ()

ANEXOS

Anexo 01



Anexo 02

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA PREENCHIMENTO DO CADASTRO ÚNICO

- **Todos os documentos de todas as pessoas que moram na casa.**
(Certidão de nascimento, casamento etc ,carteira de identidade, cpf, título de eleitor;
- **Comprovante de Residência.** (Conta de água, luz ou telefone);
- **Comprovante de renda ou benefício.** (Carteira de trabalho – mesmo para quem não assina – ou extrato bancário para pensionista ou aposentado, declaração de trabalho autônomo(doméstica, pedreiro, faxineira, etc.);
- **Comprovante de matrícula escolar, também para crianças de Creches e Núcleos de Educação Infantil.**
- **A RENDA POR PESSOA DA FAMÍLIA NÃO PODE ULTRAPASSAR O VALOR DE R\$100,00.**
- **A FALTA DE QUALQUER UM DESSES DOCUMENTOS NÃO SERÁ REALIZADO CADASTRAMENTO.**